



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**DAGMAR RODRIGUES**

**O LUGAR DA MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA E NO ENSINO DE**  
**FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO**

**FORTALEZA**

**2024**

DAGMAR RODRIGUES

O LUGAR DA MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA E NO ENSINO DE FILOSOFIA  
NO NÍVEL MÉDIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Filosofia. Área de Concentração: Ensino de Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Maria Nobre Lopes.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R6121 Rodrigues, Dagmar.  
O lugar da mulher na história da Filosofia e no ensino de Filosofia no nível médio / Dagmar Rodrigues. –  
2024.  
64 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Fátima Maria Nobre Lopes.
1. Mulher. 2. Representatividade. 3. História da Filosofia. 4. Ensino Médio. I. Título.  
CDD 100
-

DAGMAR RODRIGUES

O LUGAR DA MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA E NO ENSINO DE FILOSOFIA  
NO NÍVEL MÉDIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de Filosofia. Área de Concentração: Ensino de Filosofia.

Aprovada em: 13 / 05 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Fátima Maria Nobre Lopes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Adauto Lopes Da Siva Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Maria Marina Dias Cavalcante  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A todas as mulheres que não puderam aprender sobre outras mulheres, que não puderam ultrapassar os muros do privado, que tiveram suas liberdades cerceadas, que não puderam tornar seus escritos públicos (Dagmar Rodrigues).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmãos que sempre estiveram do meu lado com seu amor.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Fátima Maria Nobre Lopes, por se disponibilizar para me orientar e ter feito isso tão bem.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Marina Dias Cavalcante (UECE) e Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho (UFC) pela participação da Banca de Defesa e de Qualificação e pelas prestigiosas considerações por ocasião da qualificação deste trabalho.

Agradeço aos demais professores do mestrado profissional em Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram nessa fase da minha vida, em especial ao meu namorado Raniel Alexandre, por todo o incentivo e por ter facilitado meus momentos nesse período tão corrido e cansativo.

Sou grata aos encontros que me levaram à Filosofia e a todos os que estão ou estiveram ao meu lado, contribuindo para o meu crescimento pessoal e intelectual. Agradeço a Deus por me abençoar hoje e sempre.

Aos queridos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas, foi um grande prazer conhecê-los e partilhar momentos tão agradáveis. No mestrado, com certeza, fiz amizades que gostaria de levar para a vida inteira.

Ao Professor Alexandre de Moura Barbosa (*in memoriam*), que foi um professor excepcional, uma pessoa maravilhosa e um grande incentivador. Com certeza, ele estaria muito orgulhoso da trajetória que tenho trilhado.

Você pode me riscar da História com mentiras  
lançadas ao ar. Pode me jogar contra o chão de  
terra, mas ainda assim, como a poeira, eu vou  
me levantar. (MAYA ANGELOU, 1978).

## RESUMO

A presente pesquisa, intitulada *O lugar da mulher na História da Filosofia e no ensino de Filosofia no nível médio*, objetiva verificar a representatividade feminina na História da Filosofia, analisando os livros didáticos no ensino médio, visando inserir outras Filosofias na estrutura curricular do ensino médio, além daquelas que tradicionalmente constam no componente curricular tradicional. Partimos do pressuposto de que, quando não há representatividade feminina no ensino de Filosofia do nível médio, fica difícil chamar a atenção do alunado para se aprofundar em outros conhecimentos. A partir de análises das teorias apresentadas, discorreremos sobre a visão eurocêntrica e misógina de grandes teóricos sobre a figura feminina ao longo da história. Posteriormente, apresentaremos grandes pensadoras e as barreiras que tiveram que ultrapassar para conquistar um espaço na Filosofia, utilizando como fundamentos teóricos os livros: *Filósofas: a presença das mulheres na Filosofia* e *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*. Após a análise nessa base teórica, trataremos da criação de um componente curricular, a saber, a eletiva intitulada *Mulheres na História da Filosofia*, a ser incluída no catálogo de eletivas do Estado do Ceará. A fim de instigar os alunos e alunas a perceberem que há a possibilidade de aprendizagem sobre grandes mulheres pensadoras e também despertá-los(as) para a possibilidade de fazer outras Filosofias que não apenas as que tradicionalmente estão inclusas no componente comum curricular, motivando-os(as) a se aprofundarem na busca por outras epistemes. Por fim, pretendemos também despertá-los(as) para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, pelas quais as mulheres tiveram que passar e superar desde a antiguidade até os tempos atuais.

**Palavras-chave:** mulher; representatividade; história da Filosofia; ensino médio.



## ABSTRACT

The present research, titled *The Place of Women in the History of Philosophy and in the Teaching of Philosophy at the High School Level*, aims to verify the female representation in the History of Philosophy, analyzing textbooks in high school, aiming to insert other Philosophies into the high school curriculum structure, in addition to those that traditionally appear in the traditional curriculum component. We start from the assumption that, when there is no female representation in the teaching of Philosophy at the high school level, it is difficult to draw the students' attention to delve into other knowledge. From the analysis of the theories presented, we will discuss the Eurocentric and misogynistic view of great theorists about the female figure throughout history. Later, we will present great thinkers and the barriers they had to overcome to gain a space in Philosophy, using as theoretical foundations the books: *Philosophers: the presence of women in Philosophy* and *What philosophers think about women*. After the analysis in this theoretical basis, we will deal with the creation of a curricular component, namely, the elective titled *Women in the History of Philosophy*, to be included in the catalog of electives of the State of Ceará. In order to instigate students to realize that there is the possibility of learning about great female thinkers and also awaken them to the possibility of doing other Philosophies that are not only those that are traditionally included in the common curricular component, motivating them to delve into the search for other epistemes. Finally, we also intend to awaken them to the inequalities existing between men and women, which women have had to go through and overcome from antiquity to the present day.

**Keywords:** woman; representation; history of Philosophy; high school.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONJECTURAS TEÓRICAS SOBRE A MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA</b> .....	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Antiga</b> .....	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Média</b> .....	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Moderna/Contemporânea</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Aspásia de Mileto, professora de retórica</b> .....	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Christine de Pizan, autora medieval</b> .....	<b>29</b>
<b>3.3</b>	<b>Olympe de Gouges, defensora dos direitos da mulher</b> .....	<b>35</b>
<b>3.4</b>	<b>Simone de Beauvoir e a questão da alteridade feminina</b> .....	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>A INSERÇÃO DO PENSAMENTO DE FILÓSOFAS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO CEARÁ</b> .....	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>A situação da Filosofia no currículo do ensino médio a partir da BNCC no município de Farias Brito, no Estado do Ceará</b> .....	<b>45</b>
<b>4.2</b>	<b>A necessidade da criação da eletiva “Mulheres na História da Filosofia”</b> .....	<b>49</b>
<b>4.3</b>	<b>Reflexões sobre a prática da eletiva “Mulheres na História da Filosofia”</b> .....	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando aprendemos a olhar o mundo com um olhar que coloca o sujeito universal eurocêntrico, branco e masculino em suspensão, sentimos um grande incômodo ao perceber que a história do pensamento filosófico é permeada por figuras masculinas.

O que fez com que a Filosofia tivesse um protagonismo masculino? Teria sido a Filosofia destinada apenas ao gênero masculino? Às mulheres não caberia a capacidade de reflexão? Seriam elas naturalmente destinadas ao ambiente privado e ao cuidado com a família e com a casa?

Apesar do pouco protagonismo, filósofas existiram e continuam a existir na história da Filosofia, mesmo que com pouco protagonismo, em decorrência do meio e da época em que viveram ou vivem. Há alguns anos, pesquisadoras e pesquisadores têm se dedicado a recuperar e divulgar o pensamento dessas pensadoras, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Modernidade e Contemporaneidade. Mulheres que enfrentaram preconceitos de sua época, muitos deles construídos com a participação explícita dos filósofos. É essencial analisar a responsabilidade de alguns pensadores no silenciamento das mulheres na prática reflexiva.

O pensamento especulativo filosófico não é exclusividade dos homens. Não é só o gênero masculino dotado da capacidade intelectual, de pensar filosoficamente e, assim, de produzir textos filosóficos. Historicamente, porém, as mulheres tiveram acesso limitado ao conhecimento, sendo frequentemente relegadas a segundo plano. Suas reflexões não conheceram, na maior parte das vezes, a luz pública, como se estivessem destinadas ou naturalmente confinadas ao espaço privado. Essa condição as obrigou a atrasarem a sua exposição intelectual, não chegando ao domínio público a riqueza de seus pensamentos.

Há uma desvalorização generalizada das mulheres em geral e na história da Filosofia em particular. O pensamento filosófico feminino é considerado inferior, desnecessário, processo de produção sem valor. Se o animal racional dotado de inteligência é aquele capaz de inferir sentenças lógicas sobre o mundo, e a mulher é dotada dessas mesmas faculdades, o que haveria nela que a impediria de filosofar? Toda a humanidade teria a ganhar se a superioridade intelectual dos homens em relação às mulheres fosse superada.

A herança cultural do machismo, misoginia, desvalorização e desfavorecimento que às mulheres foi deixada, é um peso, não só no âmbito intelectual, mas também no âmbito político, econômico, social etc. Vê-se, desse modo, a importância da luta feminista, que visa inserir as mulheres na política, na economia, na educação, em resumo, na vida pública. Em suma, na luta para alcançar igualdade intelectual, igualdade financeira, equidade, respeito, para

ser levada a sério e para ter espaço também no âmbito intelectual.

Essa luta é uma construção diária que precisa ser levada a sério, que precisa perpassar o ambiente não só acadêmico, mas também da educação básica. A quem interessa que as mulheres fiquem à sombra dos homens? A quem interessa que elas se reconheçam como inferiores e que pensem que estão no mundo apenas para servir? Seria a mulher apenas outro inferior? Não poderia acrescentar em nada na história? Não poderia ousar pensar e mudar sua vida e a vida dos que lhes rodeiam? Estariam as mulheres satisfeitas em ficar na invisibilidade e às margens da história e da sociedade?

O pensamento feminino faz-se necessário por significar representatividade para aquelas que, por muitos anos, não tiveram espaço de fala e visibilidade na história, na Filosofia. Podemos constatar, tanto na literatura quanto na Filosofia, a visão negativa que por muitos anos fora destinado às mulheres.

Partindo dessas considerações, a nossa dissertação está dividida em três capítulos que mencionamos a seguir. No primeiro, item dois desta pesquisa, com o título CONJECTURAS DE TEÓRICOS SOBRE A MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA, discorreremos sobre o que alguns cânones da Filosofia pensaram sobre a figura feminina na Idade Antiga, Idade Média e na Idade Moderna/Contemporânea, destacando o que alguns clássicos especulavam sobre a importância ou pouca importância atribuída às mulheres no meio intelectual e político.

No segundo capítulo, item três desta pesquisa, com o título MULHERES NA HISTÓRIA FILOSOFIA, propomo-nos a fazer uma abordagem sobre algumas filósofas de períodos diferentes da história, a saber, Aspásia de Mileto (Antiguidade), Christine de Pizan (Idade Média), Olympe de Gouges e Simone de Beauvoir (Modernidade/Contemporaneidade).

Começamos o terceiro capítulo, item quatro desta pesquisa, intitulado A INSERÇÃO DO PENSAMENTO DE FILÓSOFAS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO CEARÁ, discutiremos sobre a situação da Filosofia no Currículo do Ensino Médio a partir da BNCC no Município de Farias Brito, no Estado Ceará. Além disso, apresentaremos a necessidade e a proposta de criação de um componente curricular eletivo<sup>1</sup> chamado *Mulheres na História da Filosofia*, cuja finalidade é analisar a falta de representatividade feminina na História da Filosofia ou pouca representatividade, bem como nos livros didáticos utilizados no ensino médio, especificamente, o livro didático *Fundamentos*

---

<sup>1</sup> Disciplinas eletivas, no Novo Ensino Médio, são elementos que compõem os itinerários formativos, disciplinas optativas flexíveis. Vale frisar que a nossa proposta da disciplina eletiva *Mulheres na História da Filosofia* foi aceita e já está sendo aplicada no Estado do Ceará.

*da Filosofia* de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, que foi adotado nos anos de 2018 a 2023 no ensino médio da cidade de Farias Brito no Estado do Ceará.

Observando e nos inquietando quanto à pouca representatividade feminina na história e no ensino de Filosofia no nível médio, sentimos a necessidade de averiguarmos essa problemática em questão. A criação da eletiva *Mulheres na História da Filosofia* tem como objetivo central despertar o alunado para a realidade de que as mulheres enfrentaram limitações ao longo da história para se inserirem no meio intelectual e político.

Por fim, no item cinco desta pesquisa, apresentaremos as nossas considerações finais.

## 2 CONJECTURAS TEÓRICAS SOBRE A MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Muitos filósofos lutaram contra preconceitos, defenderam a liberdade e prepararam grandes revoluções intelectuais. Podemos observar esses fatos principalmente no contexto das teorias iluministas, que reivindicarem valores como liberdade e igualdade. No entanto, é vergonhoso constatar que muitos desses grandes filósofos também foram misóginos, ignorando as mulheres e não as considerando capazes de produzir conhecimento, intelectualidade. Isso impediu que as mulheres adentrassem ou tivessem dificuldade em entrar no mundo da Filosofia.

A fim de averiguarmos essa estrutura histórica patriarcal, machista e misógina, faremos, nos tópicos seguintes, uma abordagem teórica sobre as opiniões de grandes nomes da Filosofia em diferentes períodos. Destacaremos falas de alguns clássicos sobre como são as mulheres em cada período da história, como deveriam se comportar e por que não possuíam espaço participativo no ambiente público, especialmente na política e na economia.

### 2.1 A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Antiga

Para muitos teóricos (na verdade, a maioria) o tema “mulher” foi considerado indigno de ser abordado filosoficamente. Se examinarmos a história da Filosofia em busca de textos dedicados às mulheres, verificaremos que eles são raros e, quando existem, geralmente revelam uma visão negativa.

Platão, em seu diálogo *Timeu* (41d-42d), ameaça os homens que se portaram mal nesta vida com o castigo de reencarnarem em corpos femininos. Aristóteles, por sua vez, sustenta que a fêmea é um macho mutilado (em *Geração dos Animais*, 737a 24–25). Espinosa recusa a participação das mulheres em um governo democrático e considera sua capacidade intelectual como “imbecilias” (em *Tratado Político*, XI, §4). Kant também vê dificuldade na passagem das mulheres para a maioridade intelectual (em *Resposta à pergunta: que é o Iluminismo?*). Nietzsche, por sua vez, afirma que até na cozinha a mulher é estúpida (em *Para Além do Bem e do Mal*, § 23).

Mesmo os filósofos que lutaram por liberdade e igualdade não se empenharam em promover a aceitação das mulheres no meio intelectual. Eles muitas vezes concordaram, sem questionar, com os preconceitos generalizados do homem comum. Por comodidade ou conveniência, raramente se opuseram à questão da inferioridade feminina. Assim, o ascender da intelectualidade das mulheres foi firmada pelas próprias mulheres, apesar do desprezo de

muitos dos grandes intelectuais.

Atualmente, as pesquisas sobre o problema da mulher e da condição feminina no contexto filosófico têm se intensificado. Ao analisarmos os cânones da Filosofia, constatamos que, quando a mulher é abordada por intelectuais, ela não é apresentada como sujeito, mas como outro, diferente e inferior, sem possibilidade de produzir ou reproduzir conhecimento.

Essa situação representa um desafio para estudiosas e estudiosos de Filosofia, levantando novos problemas e propondo outras perspectivas de leitura. Por um lado, motivando-as a adotar uma abordagem diferente daquela dos filósofos, questionando se suas perspectivas misóginas sobre as mulheres são irrelevantes ou se possuem um peso relevante nos sistemas que construíram. Apesar das dificuldades já mencionadas, podemos perceber um desenrolar, ainda que lento e tímido, de um crescente protagonismo feminino no meio filosófico.

Segundo Bárbara Valle, em seu texto, *O feminino e a representação da figura da mulher na Filosofia de Kant*,

Para retratar a presença das mulheres na história da Filosofia, percebe-se que a figura do feminino é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino. Mesmo assim, este discurso, o da figura do feminino, é sempre evitado no campo filosófico (VALLE, 2002, p. 69).

Quando não é evitado, o tema da mulher é frequentemente menosprezado, ridicularizado ou suas existências como pensadoras são contestadas. Ser mulher, historicamente, tem sido uma jornada muito difícil. E ser uma mulher que se propõe a adentrar no mundo filosófico foi, desde a Antiguidade, dificultado pelos homens que detinham o direito e a liberdade de transpor os muros do ambiente privado.

Ao analisarmos a mitologia grega, podemos constatar que figuras femininas como Ártemis, Atena, Afrodite, Deméter, Hera, Perséfone, Gaia e Pandora frequentemente são inferiorizadas quando comparadas a figuras masculinas. Embora a inteligência e o pensamento sejam representados pela deusa Atena, é interessante destacar que ela não nasceu do corpo de sua mãe, mas sim da cabeça de seu pai, Zeus. Essa origem peculiar a subjugou ao crivo masculino. Assim, temos uma desvalorização do feminino e uma exaltação do masculino. Atena só é forte, imponente e astuta por ter nascido da cabeça de seu pai.

Segundo Hesíodo, em sua obra *Teogonia* (2015, v. 510, 615), Pandora trouxe o mal que acarretou todos os outros. Ela foi concebida por Hefesto e Atena como presente de Zeus aos homens. Ela foi a primeira mulher e, sobre os olhos e jugo de todos os deuses, Pandora foi agraciada com qualidades dadas por cada um deles: graça, beleza, persuasão, inteligência,

paciência e meiguice. No entanto, apesar de todas essas qualidades, ela aparece na mitologia como aquela que traz maldições à vida dos homens. Assim:

Zeus tonítruo: as mulheres, parelhas de obras ásperas, e em vez de um bem deu oposto mal. Quem, fugindo a núpcias e a obrigações com mulheres não quer se casar, atinge a velhice funesta sem quem o segure: não de víveres carente vive, mas ao morrer dividem-lhe as posses parentes longes. A quem vem o destino de núpcias e cabe cuidosa esposa concorde consigo, para este desde cedo ao bem contrapesa o mal constante. E quem acolhe uma de raça perversa vive com uma aflição sem fim nas entranhas, no ânimo, no coração, e incurável é o mal (HESÍODO, 2015, versus 600–615).

Conforme o mito, a mulher seria um presente dos deuses, mas cheio de males, causando muita dor e sofrimento aos homens, sem deixá-los em paz. Desde a mitologia, a mulher foi retratada como um polo negativo, necessário, mas negativo. Ela frequentemente foi considerada inferior em vários aspectos. No que diz respeito à intelectualidade, ao longo da história, a mulher herdou uma capacidade cognitiva defasada se comparada à do homem.

Textos de importantes filósofos antigos, como Platão e Aristóteles, retratam a diferenciação entre os sexos. Quando o tema da mulher aparece em textos filosóficos, ele é frequentemente cercado de muitos preconceitos, tentando demonstrar uma suposta inferioridade natural da mulher. Segundo Maria José Vaz Pinto, no seu texto intitulado *O que os filósofos pensam sobre as mulheres: Platão e Aristóteles*:

Na descrição e na avaliação dos traços que se conectam ao feminino, representado numericamente por “metade do gênero humano”, deparamo-nos com obstáculos de índole diversificada: as fontes, além de escassas, são esmagadoramente masculinas; os materiais de que dispomos são elaborados, conservados e triados em função de um cânone construído culturalmente; na padronização do que se considera plenamente humano, avulta o modelo de “razão” assente na equiparação entre humanidade, racionalidade e masculinidade (PINTO, 2010, p. 19).

Precisamos atentar para o fato de que as abordagens sobre a mulher se encontrem em uma história da Filosofia que foi escrita por homens e para homens. Dessa forma, a mulher foi relegada do meio intelectual, racional, político e científico.

A relação entre mulher e homem geralmente está fundamentada na relação entre corpo e alma. Neste contexto, surge a discussão sobre a corporeidade. A alma não apenas se distingue do corpo, mas também está tradicionalmente ligada à racionalidade, ao universal e ao masculino. O corpo físico, por sua vez, encontra-se associado à sensibilidade, ao particular e ao feminino. De um lado, temos os homens, com a linguagem filosófica e o conhecimento. De outro lado, estão as mulheres com a linguagem da poesia e da música.

A discussão entre alma e corpo é recorrente na Filosofia, e ela se destaca no



pensamento do filósofo clássico Platão. No diálogo *O Banquete*, Platão mostra que o amor sensível deve estar subordinado ao amor intelectual, ou seja, “na juventude, predomina a admiração pela beleza física; mas o verdadeiro discípulo de Eros amadurece com o tempo e descobre que a beleza da alma deve ser considerada mais preciosa do que a do corpo” (ARANHA, 1986, p. 342). Como a mulher seria o polo oposto ligado ao corpóreo, ela subordinada ao intelectual que prevalece no homem.

Platão era um homem de seu tempo e não negava o contexto no qual estava inserido, marcado pela exclusão do feminino em relação ao aspecto cognitivo. Para ele, as mulheres eram, de fato, diferentes dos homens e inferiores. Por isso, deveriam ser subordinadas ao crivo masculino. Isso fica claro no mito da criação que aparece no *Timeu*:

[...] por a natureza humana ser dupla, aquela espécie mais forte seria a que, posteriormente, se chamaria macho. Sempre que fossem implantadas nos corpos, por necessidade, e lhes fossem acrescentadas partes, enquanto outras seriam retiradas do corpo, nelas todas surgiria, necessariamente e em primeiro lugar, uma sensação única e congênita gerada por impressões violentas; em segundo lugar, o desejo amoroso, que é uma mistura de prazer e sofrimento; depois destes, o temor, a cólera e todas as sensações que se lhes seguem e todas as que por natureza são contrárias e se diferenciam destas. Se as dominarem, viverão de forma justa, mas, se forem comandados por elas, viverão de forma injusta. Aquele que viver bem durante o tempo que lhe cabe, regressará à morada do astro que lhe está associado, para aí ter uma vida feliz e conforme. Mas, se se extraviar, recairá sobre si a natureza de mulher na segunda geração (PLATÃO, 2011, p. 118-119).

Na narrativa, fica claro que aqueles que se comportassem bem continuariam nascendo como homens, enquanto os que se comportassem mal teriam uma espécie de castigo: nascer novamente numa condição inferior, ou seja, como mulher.

Aristóteles afirmava que o corpo feminino estava dotado de um cérebro menor. Isso sugere que existe uma ligação da mulher ao seu corpo, impedindo-a de desenvolver plenamente sua capacidade racional e intelectual. Historicamente, o corpo feminino é visto como algo negado.

Segundo Maria da Penha Felício dos Santos de Carvalho, em sua obra, *O homem é um animal racional. E a mulher?: reflexões sobre Filosofia, gênero e feminismo*:

A tese que defende a inferioridade essencial feminina fundamenta-se no pressuposto de que, na mulher, a natural hierarquia de comandos estaria invertida. Enquanto ser humano, a mulher é também dotada de razão, contudo o uso pleno e adequado da razão está reservado ao sexo masculino. As razões femininas seriam ineficientes para transcender sensações e paixões corporais e exercer a soberania que lhes caberia por natureza. Subvertendo a “ordem natural”, a mulher seria guiada por instintos e sentimentos e com estes possuiria estreita afinidade (CARVALHO, 2019, p. 23).

Na obra *Política*, Aristóteles questiona se a mulher teria virtude, se seria corajosa,

se teria temperança ou saberia ser justa. Para o estagirita, a mulher não partilharia das mesmas virtudes que tornam os humanos excelentes. Ela não possuiria harmonia vital e bondade moral. Haveria diferenças entre quem manda e quem obedece. A mulher teria uma certa virtude, uma virtude própria daqueles que nasceram naturalmente para obedecer.

De fato, o homem livre manda no escravo, da mesma forma que o marido manda na mulher e o adulto na criança. Nesses casos, as partes da alma estão presentes em todos esses seres, mas dispostas de modos diferentes. O escravo não tem faculdade deliberativa; a mulher tem, mas não tem faculdade de decisão; a criança tem capacidade de decisão, mas ainda não desenvolvida. [...] Deveríamos necessariamente admitir, então, que o mesmo se passa com as virtudes morais. Todos devem participar delas, embora não da mesma forma, mas enquanto cada um cumpre a função que lhe é adequada. Resulta, portanto, que todos os seres mencionados possuem a virtude moral. Todavia, a moderação não pertence da mesma forma ao homem e à mulher, nem tão pouco a coragem ou a justiça, como pensava Sócrates. [...] estamos em crer que se aplica bem em todas as situações o verso do poeta sobre a mulher: “O silêncio dá encanto à mulher mas não ao homem”[...] (ARISTÓTELES, 1998, 1259b – 1260a).

Contudo, podemos constatar que é histórico e cultural o fato de a mulher ser designada ao cuidar, ao servir, ao obedecer e à submissão, sendo considerada não produtora de intelectualidade. A moralidade atribuída à mulher muitas vezes a restringe ao mero servilismo. No âmbito intelectual filosófico, desde a antiguidade, a mulher foi deixada às margens da produção intelectual e do saber filosófico. Não lhe era permitido participar da política ou da vida intelectual, pois não se acreditava que possuísse racionalidade para isso, segundo os homens que puderam fazer política e se destacar no meio intelectual.

Romper com a cultura machista de uma história escrita por homens e que favoreceu apenas os homens é tarefa das mulheres que, de algum modo, tiveram acesso à educação. Historicamente, o ato de pensar configurou privilégio masculino. Embora tenham existido mulheres que se destacaram no campo teórico, essas raras pensadoras enfrentaram desafios significativos.

Podemos encontrar registros históricos sobre a existência de centros de formação intelectual para mulheres, como a escola fundada por Safo, poetisa de Lesbos nascida em 625 a.C., conforme retrata Magali Mendes, no texto *Da academia da razão à academia do corpo*.

No Renascimento percebe-se um aumento significativo das instituições escolares. Mas às mulheres mais uma vez só é concedido um saber incompleto e sob uma forte vigilância realizado, especialmente através de instituições religiosas, um saber subordinado ao que é tido como certo pelos homens e possível de ser aprendido por elas (MENEZES, 2002, p. 23).

Se o campo cognitivo, a teoria, a razão e o conhecimento não são características que perpassam o gênero feminino, isso se deve ao fato de que o âmbito intelectual não foi aberto

ou acessível às mulheres. Pode-se falar em anacronismo se taxarmos os grandes intelectuais de machistas e misóginos, pois em suas épocas tais termos não eram comuns. No entanto, a verdade é que, se a mulher não teve acesso ao conhecimento e não pôde ultrapassar os muros do ambiente privado, se não conseguiu se consagrar também como cânone da Filosofia, é porque a elas foram negados muitos direitos, inclusive o de serem livres intelectual, moral e politicamente ao longo da história.

## **2.2 A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Média**

Se na Antiguidade já era notável a separação da mulher do espaço público e da inferiorização feminina por cânones, na Idade Média não houve tanta diferença. Filósofos como Santo Agostinho reforçaram ainda mais uma história da Filosofia de desvalorização, velamento e inferiorização feminina.

O período conhecido como Idade Média foi fortemente influenciado pela Igreja Católica, tanto na Filosofia quanto na sociedade em geral. Nesse período, as mulheres foram frequentemente vistas de maneira negativa.

Muitos filósofos medievais, influenciados pelo pensamento religioso da época, consideraram as mulheres inferiores aos homens, tanto no que tange à intelectualidade quanto à moralidade. Podemos constatar essas afirmações nas interpretações de algumas passagens bíblicas que afirmam a submissão da mulher ao homem.

Assim como na mitologia grega, em que Pandora destinou todos os males presentes na humanidade por pura curiosidade, na narrativa do Gênesis, algo semelhante ocorre. Eva, que foi criada para fazer companhia ao homem e ajudá-lo a crescer e procriar, também foi responsável por grandes males. Assim como Pandora, Eva, que deveria auxiliar o homem, acabou levando-o à ruína.

Alguns filósofos medievais viam a figura feminina como mais ligada ao corpo e à tentação, enquanto os homens eram vistos como mais inclinados à razão e à espiritualidade. Essa visão dualista influenciou a percepção das mulheres como seres mais carnais e menos racionais. Além disso, nesse período, a mulher foi frequentemente culpabilizada por muitos males que assolam a vida dos homens.

Também como na Idade Antiga, na sociedade medieval as mulheres eram frequentemente limitadas ao ambiente privado a papéis domésticos, como esposas e mães. Frequentemente, a Filosofia medieval não reconhecia o potencial das mulheres em outras esferas da vida, como na educação ou na política. Muitas eram destinadas ao cuidado, ao

casamento ou ao celibato, servir à Deus.

A religião cristã católica transformou o pecado original em pecado sexual. A interpretação tradicional do pecado original afirma que Adão e Eva quiseram encontrar na maçã a substância que lhes permitiria adquirir uma parte do saber divino. Para alguns filósofos, o pecado original está ligado ao pecado sexual. A partir de meados do século XII, surge um tipo de controle corporal e sexual, afetando principalmente as mulheres. Não podemos deixar de notar o quanto o cristianismo menospreza e culpabiliza o ser feminino, acusando-o de muitas desgraças, dentre elas a de levar desde os primórdios o homem à destruição. Mesmo homens da alta intelectualidade estavam atrelados ao cristianismo e, por isso, viam a figura feminina como a fonte do pecado original, conforme a narrativa do Gênesis na Bíblia, na qual Eva é tentada pela serpente e, por sua vez, tenta Adão. Essa narrativa é uma das principais causas da visão negativa sobre as mulheres.

O período medieval é frequentemente retratado como um período dominado pelo masculino. Desde a antiguidade, o homem foi considerado superior à mulher. Ele foi concebido para triunfar, mas, segundo essa visão, um ser menor e inferior teria desviado seu curso. Mesmo assim, o homem se destaca tanto moral, política e intelectualmente, especialmente no mundo público. Ele domina tanto o ambiente privado quanto o público e goza de liberdade em ambas as esferas.

A história frequentemente privilegia o homem, e as culturas o consideram transcendente. No entanto, essa visão também relega a mulher a um papel secundário, muitas vezes limitando-a à função de procriadora. Essa perspectiva encontra respaldo nas palavras do livro Gênesis na Bíblia Sagrada, que atribui ao homem o domínio sobre a procriação.

A Igreja Católica, em consonância com os valores de sua época, também contribuiu para compreensão da mulher por meio de um discurso específico:

O discurso da igreja, gestado ainda no período clássico, cria – de uma forma absoluta – certezas, concepções, imagens sobre as mulheres, levando a própria igreja a viver de recusas, sobre a convivência com as mulheres, impondo um estatuto de celibato e castidade aos seus clérigos. A identidade feminina gestada pelas estruturas e concepções de igreja permanecem presentes no imaginário feminino. Tais representações impuseram um vasto ‘corpo’ de modelos de comportamento religioso e doméstico às mulheres, exortando-as à prática da virtude, da obediência, ao silêncio, e à imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial (TEDESCHI, 2008, p. 64).

Além da carga cultural de inferiorização que as mulheres já vêm sofrendo desde o período arcaico, a Igreja Católica no período medieval contribuiu ainda mais para essa visão. Ela reforçou a dominação masculina sobre a mulher em todos os âmbitos sociais.

Durante o período medieval, a mulher era vista como inferior, inimiga e perigosa, alguém que ocasionava mal aos homens. A representação da mulher era predominantemente escrita por homens, especialmente aqueles envolvidos na religião, como os cristãos católicos. Essa visão era moldada pelas crenças da Igreja e estava repleta de preconceitos e desvalorização, distante da realidade feminina. Era uma perspectiva baseada em inverdades que eram consideradas certas.

Falar e escrever sobre o que não conheciam, era o que faziam os homens que não tinham acesso à prática das mulheres de seu tempo, pois viviam reclusos nos mosteiros, separados das mulheres pelo celibato. Eles imaginavam como as mulheres eram, representando-as à distância, com estranheza e alheios às suas vidas.

De acordo com interpretações mais ortodoxas do livro do Gênesis, a mulher seria mesmo inferior ao homem, e Deus a teria criado apenas para auxiliá-lo.

[...] a mulher ocupa um lugar secundário na Criação e, portanto, está sujeita aos mandos e desmandos do homem, já que sua razão de ser é estar na companhia dele. Entretanto, o pensamento de Santo Tomás de Aquino contraria esse processo, pois, segundo o pai da escolástica, Deus criou Eva a partir da costela de Adão. Se Ele a tivesse criado da cabeça de Adão, ela seria superior a ele; se Ele a tivesse criado dos pés, inferior. Como foi criada da costela (meio do corpo), Deus preconizou que Eva seria igual a Adão. (SILVA; MEDEIROS, 2013, p. 8).

Durante o período medieval, a ideia predominante não era de igualdade entre homens e mulheres. Pelo contrário, a crença predominante era de que as mulheres deveriam ser submissas e inferiores, servindo a todos, especialmente aos homens, que culturalmente eram considerados superiores na história da Filosofia.

As mulheres medievais deveriam ser dóceis, amenizar ânimos exaltados e apaziguar conflitos, tanto dentro quanto fora do casamento. Essa ação pacificadora estava ligada à docilidade e à capacidade de submissão, em vez de ser baseada em qualidades positivas ou habilidades de mediação. Além disso, não se esperava que as mulheres buscassem conhecimento; elas deveriam se dedicar a atividades consideradas menores.

O conhecimento poderia ser visto como algo perigoso para as mulheres, tornando-as subversivas e potencialmente causando problemas maiores. Os corpos femininos na era medieval estavam sob o controle, subjugação e domínio da religião, representados pela autoridade masculina. De acordo com Paula Oliveira, nas *Confissões* de Santo Agostinho, a mulher teria sido criada para o homem quanto ao corpo e seria dependente do sexo masculino.

No livro XIII, lê-se: 'Assim como a alma há uma parte que impera pela reflexão e outra que se submete para obedecer, assim também a mulher foi criada, quanto ao

corpo, para o homem. Ela, possuindo uma alma de igual natureza e de igual inteligência, está, quanto ao sexo, dependente do sexo masculino (...). Essas são as coisas que contemplamos e que, tomadas, por assim dizer, são belas. No seu conjunto, são ainda mais belas'. Uma versão simplista e descontextualizada desta e de outras passagens similares, existentes no conjunto das obras de Agostinho, obrigar-nos-iam a comprovar nele mais um testemunho da negatividade que a tradição ocidental parece atribuir à concepção patrística do feminino, bem como ajuizar da suscetibilidade de uma concepção de divindade que, na sua onipotência — fazedora dos seres e legisladora universal-, discrimina ab ovo a natureza humana pelo sexo (AGOSTINHO *apud* SILVA, 2010, p. 69–70).

Agostinho é um homem de seu tempo. Ele observa que a narrativa do Gênesis aborda o domínio que o homem exerceria, sem mencionar a mulher. Além disso, o texto também trata da multiplicação da espécie humana. Sua análise nas *Confissões* é mais um exemplo dos preceitos defendidos por homens religiosos que excluem as mulheres de tudo o que é considerado bom, atribuindo-lhes a culpa por muitos males existentes no mundo.

Mas para que teria sido criado o ser feminino? Segundo o filósofo de Hipona, comumente acredita-se que a mulher foi feita para fazer companhia ao homem. Agostinho argumenta que o criador não sofreria de nenhuma crise de identidade, portanto, não faria sentido atribuir ao ser supremo a imperfeição de uma crise de identidade. Além disso, a mulher não teria sido criada para que o homem (Adão) se reconhecesse a si mesmo. Nenhum outro ser no universo poderia auxiliar na realização da ordem divina: “crescei e multiplicai-vos”. Deste modo, segundo Paula Oliveira:

Mas para a criação da mulher encontra uma razão necessária, que obriga o hagiógrafo a recomeçar a narrativa: com efeito, sem a existência do ser humano feminino, a criação estaria incompleta e a história dos homens careceria de sentido. A solidão de Adão, contendo a impossibilidade radical de cumprir o fim próprio do gênero, revelaria a irrazoabilidade da causa final, fazendo duvidar da excelência do princípio criador. Sob essa luz, é possível compreender o alcance ontológico da miséria adâmica, quando verificamos que nada faz sentido sem um auxílio oportuno (SILVA, 2010, p. 79).

A mulher foi criada para auxiliar o homem. Segundo as interpretações agostinianas, ela seria uma mera coadjuvante, sem uma finalidade própria, mas destinada a estar à disposição e sob o domínio daquele que foi inicialmente criado à imagem e semelhança de Deus.

Agostinho argumenta que o homem surgiu primeiro. A mulher teria sido feita a partir do varão, para o varão. Ela é vista como excelente para a procriação e para cumprir a finalidade histórica da criação. A procriação é o objetivo de sua existência. Assim, segundo essa visão, o sexo feminino é considerado inferior ao masculino, pois precede o homem na sucessão causal. Sua importância está relacionada à conservação da espécie humana.

### 2.3 A visão dos homens acerca das mulheres no âmbito da Filosofia na Idade Moderna/Contemporânea

Em uma das suas passagens de sua obra *Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, Immanuel Kant (2002, p. 852) afirma que:

Estudos laboriosos e reflexão penosa, mesmo que uma mulher aí contribua com algo elevado, anulam as vantagens próprias do seu sexo, e, ainda que possam ser objeto de uma fria admiração, pela raridade do acontecido, ainda assim ao mesmo tempo, enfraquecem aquilo que há nela de atraente e com o qual exerce seu grande poder sobre o homem. Numa mulher com a cabeça cheia de grego, como a senhora Dacier, ou que entra em disputas radicais sobre mecânica, como a marquesa de Châtelet, só falta mesmo uma barba, pois esta talvez exprimisse mais claramente os ares de profundidade à qual aspiram.

Isso significa que o fato de as mulheres se destacarem na história por sua capacidade intelectual não era suficiente para que fossem reconhecidas. Segundo o iluminista, para possuírem tal inteligência, essas mulheres teriam que ser semelhantes a homens.

Ao longo dos séculos, nota-se um claro desprezo pelo ser feminino por parte de grandes intelectuais. Mesmo filósofos como Kant, que promovia a passagem da “menoridade” para a “maioridade” e encorajava as pessoas a se esclarecerem, não deixou de excluir as mulheres em sua busca pelo esclarecimento. O filósofo afirmava que o conteúdo da ciência feminina era “Antes o ser humano, e, entre os humanos, o homem. Sua sabedoria não provém do pensamento, mas do sentimento” (KANT, 1998, p. 853).

A intelectualidade e a erudição eram vistas como prejudiciais para as mulheres do ponto de vista intelectual. Para Kant, as qualidades que deveriam se destacar nas mulheres eram o refinamento, a amabilidade, o gracejo, a afabilidade, o asseio, o ornamento e a caridade. A mulher deveria ser vista como um mero enfeite ou um objeto apaziguador nas relações sociais.

Influenciando a boa e pacífica convivência social, a mulher deveria proporcionar uma boa atmosfera nos salões e incentivar a produção cultural masculina. Os homens, encantados pelo feminino, procuravam destacar-se com sua profundidade específica de entendimento. A mulher seria inspiração, mas jamais inspirada, pois, segundo o filósofo, o pensar era próprio do homem, e à mulher caberia apenas o encanto.

No quinto capítulo do livro *Emílio*, o contratualista Jean-Jacques Rousseau argumenta que as mulheres não teriam capacidade de pensar. Ele afirma: “elas devem aprender muitas coisas, mas somente aquelas que lhes convém saber” (ROUSSEAU, 1979, p. 501). O pensamento vigente era que à mulher é permitido ter uma mente e um corpo, mas não ambos simultaneamente. Assim, ela jamais poderia produzir a razão, pois já possuía a beleza.

A mulher não necessitaria buscar a razão, visto que essa busca daria muito trabalho. Era mais fácil apenas cuidar do aspecto estético. Podemos notar, assim, que a busca incessante pela beleza era algo culturalmente imposto pela sociedade patriarcal às mulheres. Segundo os moldes da época, a mulher deveria ser preferida em detrimento da busca intelectual. Isso reforçava a ideia de que, se uma mulher possuísse beleza, não poderia também ter inteligência. Logo, apenas as mulheres menos belas poderiam ter algum grau de intelectualidade, ainda assim não tanto quanto os homens.

Outro pensador que expressa claramente a sua aversão ao sexo oposto é o filósofo contemporâneo alemão Arthur Schopenhauer. Ele considera as mulheres inferiores aos homens, incapazes em todos os aspectos, esbanjadoras, oportunistas, tolas e imaturas. Suas ideias são corroboradas pela seguinte afirmação do pensador:

[...] O simples aspecto da mulher revela que não é destinada nem aos grandes trabalhos intelectuais, nem aos grandes trabalhos materiais. Paga a sua dívida à vida não pela ação, mas pelo sofrimento, as dores da maternidade, os cuidados inquietadores da infância; deve obedecer ao homem, ser uma companheira paciente que lhe torne a existência calma. Não é feita nem para os grandes esforços, nem para dores ou prazeres excessivos; a vida para ela pode decorrer mais silenciosa, mais insignificante, mais serena que a do homem, sem que ela seja, por temperamento, melhor ou pior (SCHOPENHAUER, 2019, p. 30).

Segundo a visão de Schopenhauer, a mulher deveria ser submissa e jamais subversiva. Ela deveria agradar e levar uma vida modesta, sempre à sombra do homem. Eis como deveria se portar uma mulher na visão de Schopenhauer. A história escrita por homens é uma história de opressão, inferiorização e ocultamento das mulheres. Aos homens caberia o intelecto, a alma, o transcendentalismo em relação a si e à história. Já às mulheres, restaria a prática, o cuidado e o servir.

Em sua obra *Metafísica do amor e da morte*, Schopenhauer sustentou que o amor do homem é, por natureza, polígamo, enquanto o amor da mulher é, por natureza, monógamo.

Em primeiro lugar, deve notar-se que o homem é, por temperamento, propenso à inconstância no amor e a mulher à fidelidade. O amor de um homem declina de um modo sensível, a partir do instante em que foi satisfeito; parece que todas as mulheres têm mais atrativos do que a possui; aspira à mudança. O amor da mulher, pelo contrário, aumenta a partir desse momento. É essa uma consequência do fim da natureza, dirigido para a conservação e, por conseguinte, para o aumento, o mais considerável possível, da espécie. O homem, de facto, pode facilmente gerar mais de cem filhos num ano, se tiver outras tantas mulheres à disposição; a mulher, pelo contrário, ainda que tivesse o mesmo número de maridos, não podia dar à luz mais do que um filho por ano, excetuando os gêmeos. Por isso, o homem anda sempre à procura de outras mulheres, enquanto a mulher se conserva fielmente dedicada a um só homem, porque a natureza a impele instintivamente e sem reflexão a conservar junto de si aquele que deve alimentar e proteger a pequena família futura. Daí resulta que a fidelidade no casamento é artificial para o homem e natural na mulher e,



portanto, o adultério da mulher, por virtude das consequências que acarreta, e por ser contra a natureza, é muito mais imperdoável que o do homem (SCHOPENHAUER, 2000, p. 38–39).

Diante disso, podemos afirmar que a visão negativa do “ser feminino” se baseia no entendimento de que as “deficiências”, “limitações” e a própria inferioridade da mulher decorrem de sua própria natureza. Ou seja, a condição inferior da mulher é vista como algo natural e, portanto, imutável. Essa visão do “feminino” esteve presente na história da Filosofia e continua sendo um desafio para as mulheres filósofas. Embora a mulher seja dotada de razão como ser humano, o uso pleno e adequado dessa razão continua reservado, majoritariamente, ao sexo masculino.

Tem sido notável como a presença da mulher no meio intelectual tem sido tímida. Sendo destinada ao âmbito privado e ao cuidado, as mulheres têm poucas possibilidades de ascensão no meio erudito. Ao longo dessa pesquisa, pudemos perceber como esse cenário se manteve ao longo da história.

Na obra *O mito da beleza*, de Naomi Wolf, a autora aborda a questão do valor social básico da mulher sob o ponto de vista do economista John Kenneth:

A economia contemporânea depende neste exato momento da representação das mulheres dentro dos limites do mito da beleza. O economista John Kenneth Galbraith apresenta uma explicação econômica para a "persistência da opinião de que ser dona-de-casa é uma vocação 'maior'". Para ele, o conceito de que as mulheres estão por natureza presas à Mística Feminina "nos foi forçado pela psicologia popular, pelas revistas e pela ficção para disfarçar o fato de ser a mulher, em seu papel de consumidora, essencial ao desenvolvimento da nossa sociedade industrial. [...] Um comportamento que seja essencial por motivos econômicos é transformado em virtude social". Assim que o valor social básico da mulher não pôde mais ser definido pela encarnação da domesticidade virtuosa, o mito da beleza o redefiniu como a realização da beleza virtuosa. Tal redefinição criou um novo imperativo de consumo e uma nova justificativa para a desigualdade econômica no local de trabalho, que substituíram os que já não exerciam influência sobre a mulher recém-liberada (WOLF, 2018, p. 22-23).

A autora contemporânea (estadunidense) da obra em questão faz uma análise, na década de 1990, sobre como a beleza é imposta à perspectiva feminina como algo a ser buscado, almejado e desejado. Essa busca acaba interferindo negativamente no cotidiano das mulheres, desviando o foco de aspectos mais importantes, como trabalho, vida acadêmica, política e economia. Assim como os filósofos já abordados, o economista John Kenneth também vê a figura feminina destinada ao cuidado e ao ambiente privado, tratando o papel de cuidar da casa e da família como uma “vocação” feminina.

Após as análises realizadas, podemos constatar que as abordagens de intelectuais e grandes cânones da Filosofia em relação às mulheres frequentemente as aviltaram, negando-

lhes o direito de se consagrarem intelectualmente na Filosofia. Portanto, é necessário que mais pesquisas sejam feitas nesse campo e que mais pessoas se interessem pela problemática em questão. O tema da mulher deve estar presente no ensino superior, ultrapassando os muros das instituições acadêmicas e também alcançando o ensino médio como potencial transformador de vidas.

Ao longo da história, percebemos que o foco da mulher tende a ser desviado do meio intelectual, social e político para ser destinado ao cuidado e ao serviço no ambiente privado. A concepção de que o homem seria superior devido à razão e à intelectualidade, enquanto a mulher seria inferior por natureza, é rejeitada por grandes intelectuais, movimentos feministas e por aqueles que defendem a igualdade intelectual e a equidade entre os gêneros.

Embora culturalmente as mulheres tenham sido educadas para serem submissas e não contestadoras, nos últimos anos tem havido um aumento significativo no número de mulheres se destacando no meio intelectual, profissional, político e econômico. Para refletirmos sobre as mulheres que fizeram e fazem Filosofia, abordaremos algumas teóricas que se destacaram em seus tempos.

### 3 MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Precisamos abordar algumas pensadoras pertencentes a diferentes períodos e áreas da história da Filosofia. Essas pensadoras frequentemente são esquecidas, não pesquisadas ou trabalhadas nos estudos filosóficos de forma adequada. Entre elas, destacam-se Aspásia de Mileto, Christine de Pizan, Olympe de Gouges e Simone de Beauvoir. Vamos pontuar suas originalidades e reflexões, investigando suas contribuições em contextos filosóficos, sociais e políticos. Com essa abordagem, esperamos evidenciar a importância de incluir filósofas no ensino da Filosofia, a fim de superar a desigualdade de gênero ainda presente nas pesquisas e práticas filosóficas.

É fundamental que mais mulheres sejam lidas, interpretadas e discutidas. Devemos analisar e questionemos expressões de misoginia presentes em textos de grandes pensadores. Além disso, precisamos resgatar o legado deixado por tantas pensadoras que ainda são excluídas dos currículos do ensino filosófico. Embora em proporções menores, há também grandes pensadoras contemporâneas que abordam questões e partem de conceitos semelhantes aos dos ilustres pensadores. A Filosofia não deve ser exclusividade masculina; temos a possibilidade de analisar questões filosóficas sob ótica feminina.

Filósofas precisam ser estudadas tanto quanto filósofos, pois dialogam sobre temas em comum. Não há mais desculpas para que elas sejam excluídas de nossas pesquisas. O pensamento feminino frequentemente é invalidado. Incluir mulheres em nossas referências e ouvir o que elas têm a dizer é uma tentativa de reparar o esquecimento sofrido pelas figuras femininas na tradição filosófica. Precisamos dialogar com as diversas vozes que pertencem ao nosso mundo, considerando suas formações plurais e influenciadas por situações e contextos específicos.

A Filosofia também deve abordar questões de gênero e os problemas que marcam as vivências das mulheres, afinal, elas também são protagonistas da história. Suas práticas filosóficas devem ser incluídas em nossos estudos, não apenas em questões relacionadas aos nossos corpos, comportamentos e experiências particulares. Se não encontramos na história da Filosofia um número tão grande de pensadoras quanto de pensadores, é porque à mulher foi negada a possibilidade de atuar como ser pensante. Historicamente, percebe-se que ela não teve as mesmas oportunidades de estudar, pesquisar e ensinar que os homens tiveram. Portanto, é necessário expandir o estudo sobre questões que envolvam o pensamento feminino.

As teorias femininas precisam ter um alcance maior no âmbito educacional. Isso permitiria a reestruturação do conhecimento filosófico, gradualmente inserindo suas teorias nos

currículos filosóficos. É imprescindível reconhecer que as mulheres não apenas existiram, mas também desempenharam papéis de protagonistas criadoras de grandes pensamentos na história da Filosofia, e seus pensamentos continuam relevantes.

A baixa representatividade das mulheres nesse contexto é resultado de inúmeros obstáculos enfrentados: interrupções em suas falas, piadas inadequadas, silenciamento e acovardamento. Além disso, casos de assédio moral, assédio sexual, racismo, homofobia e outros percalços afetam mulheres que não ocupam posições privilegiadas, contribuindo para a falta de estudantes, pesquisadoras e filósofas.

Ao longo da história, muitas pensadoras encontraram dificuldades para publicar suas obras. Algumas tiveram que usar pseudônimos, enquanto outras sequer puderam ocupar cargos em universidades. A resistência em adotá-las como referências persiste até hoje, perpetuando sua injustiça.

A tentativa de dar visibilidade a essas pensadoras é, em parte, uma forma de mostrar que, ao dialogarmos com elas, também estamos ocupando a Filosofia. Trazer questões de gênero para nossa área de estudo é uma maneira de construir um discurso que aborde nossos problemas cotidianos.

Falar sobre mulheres e para mulheres é essencial na luta contra opressões e exclusão sistemática. A história dessas pensadoras reafirma que mulheres fizeram e continuam fazendo Filosofia. O diálogo com elas e com a Filosofia de maneira geral é fundamental. Portanto, abordaremos quatro pensadoras de importância fundamental para o desenvolvimento do pensamento filosófico feminino na história da Filosofia.

### **3.1 Aspásia de Mileto, professora de retórica**

Aspásia, uma estrangeira em Atenas, nasceu por volta de 470 a.C. Ela fazia parte do círculo filosófico de Mileto, a maior cidade grega da Anatólia até 500 a.C. Sábia em questões políticas, Aspásia ganhou fama no diálogo Menêxeno de Platão (235e), por instruir muitos atenienses em retórica. Ela influenciou intelectuais como Sócrates e Péricles, tornando-se conhecida e também alvo de críticas.

Aspásia, professora de retórica, alcançou um nível de educação incomum para as mulheres da época. Ela abriu uma escola para jovens em Atenas, que muitos confundiam com um salão intelectual ou até mesmo um bordel. Dedicada à formação intelectual, Aspásia ficou conhecida como hetera. As heteras eram profissionais independentes na Grécia Antiga, dedicadas a desenvolver suas mentes e talentos em um grau muito mais elevado do que era

permitido às mulheres em geral.

Em comparação às outras mulheres de Atenas, as heteras tinham maior liberdade. Elas aprendiam dança, música e oratória, além de manterem conversas com os principais políticos e aristocratas sobre Filosofia, política e assuntos atuais. Embora fossem como cortesãs, não eram escravizadas e tinham liberdade para escolher com quem se relacionar.

Segundo Hermann Diels, “toda mujer que no se sometia a las costumbres vigentes era, sin mas, considerada una hetera (Solana 1994: xv) As heteras eram mulheres treinadas em canto, dança ou música, que faziam companhia para os cidadãos nos simpósios (banquetes). Segundo Ana Lúcia Curado (2012), os serviços das heteras não incluíam necessariamente a prestação de serviços sexuais, o qual era atribuição das prostitutas.

As polêmicas em torno de Aspásia incluem a visão de que ela só teria se destacado filosófica e politicamente por sua relação afetiva com Péricles. No entanto, sua educação foi herdada de Mileto, e ela foi mestre em retórica, ensinando tanto a Péricles quanto a Sócrates. Mesmo em uma sociedade em que as mulheres geralmente não podiam participar da política, figuras como Aspásia, estrangeira e educada em costumes diferentes dos de Atenas, conseguiram se destacar entre os grandes nomes da Grécia Antiga.

Enquanto em Mileto as mulheres tinham acesso ao ambiente público e às questões político-sociais, em Atenas, os costumes não permitiam que as mulheres participassem da vida pública, da Pólis e da Ágora. A mudança de Mileto para Atenas permitiu que Aspásia não apenas tivesse acesso à intelectualidade, mas também à política. Isso lhe rendeu o título de professora de retórica e a oportunidade de ensinar pessoas renomadas como Péricles e Sócrates.

No diálogo Menêxeno, Platão afirma que Aspásia ensinou retórica a Sócrates. Esse tópico gerou muita controvérsia, pois a ideologia ateniense rigidamente separava o masculino/público do feminino/doméstico, levando os estudiosos a considerar impossível que uma mulher pudesse ensinar homens a falar bem em público. O trecho sobre Aspásia no Menêxeno de Platão é relevante para ressaltar sua importância:

**SÓCRATES** — Pois para mim, pessoalmente, Menêxeno, não é nada espantoso que eu seja capaz de discursar, uma vez que, por sorte, tenho por mestra aquela que certamente não é insignificante em retórica; pelo contrário, tem formado muitos outros bons oradores, dos quais um se destacou entre os helenos: Péricles, filho de Xantipo.

**MENÊXENO** — E quem é ela? É evidente que falas de Aspásia, não?

**SÓCRATES** — Falo, decerto; e me refiro também a Conos, filho de Metróbico; Pois esses são os meus dois mestres: ele em música, ela em retórica. Logo, não é espantoso que um homem educado desse modo seja hábil em falar. Mas mesmo alguém que tenha sido educado de modo inferior a mim, instruído em música por Lampro e em retórica por Antifonte de Ramnunte, também seria capaz de obter renome louvando atenienses na presença dos próprios atenienses.

**MENÊXENO** — E o que terias a dizer, se devesse discursar?

**SÓCRATES** — Eu, de minha parte, talvez nada; mas ontem mesmo estive escutando Aspásia enquanto entoava um discurso fúnebre sobre esses homens. Pois ela ouviu isso que dizes: que os atenienses estão prestes a eleger quem discursará. Então, de improviso narrou a mim uma parte, da forma como devia dizer, enquanto a outra parte já havia previamente preparado, pelo que me parece, quando compunha o discurso fúnebre que Péricles proferiu, a partir de fragmentos que uniu daquele discurso.

**MENÊXENO** — E poderias recordar as coisas que disse Aspásia?

**SÓCRATES** — Se eu não me enganar... De fato, aprendia junto a ela, e por pouco não tomei umas palmadas quando me falhou a memória (PLATÃO, 235e-236c, *apud* CÂMARA, 2014, p. 59–60).

Com isso, constatamos a importância de Aspásia na arte da retórica. Sócrates a defende e exalta suas qualidades como excelente oradora no diálogo *Menêxeno*. No entanto, muitos estudiosos consideram que esse diálogo tem um caráter satírico, o que pode afetar a seriedade das informações sobre Aspásia.

Segundo José Solana Dueso, existem ao todo 17 testemunhos antigos que se referem à perícia oratória de Aspásia (1994). Se ela não era mestre em retórica, como explicar a diversidade de testemunhos sobre essa prática pela milésia? A teoria da desqualificação de Aspásia como grande oradora não se sustenta, especialmente porque ela é citada por tantos intelectuais.

O que claro é a resistência ao fato de uma mulher ser habilidosa na retórica. Esse feito singular vai contra a ideologia ateniense de gênero, que delimitava o espaço doméstico como feminino e o público como masculino. Nesse contexto, a professora de retórica seria subversiva em relação aos costumes de sua época, destacando-se por suas práticas filosóficas, retóricas e políticas. No texto *Aspásia de Mileto: Testimonios y Discursos*, José Solana Dueso explica que:

[...] tais hipóteses exigem algo altamente improvável, a saber, que os contemporâneos de Aspásia, que a conheceram e conviveram com ela (Ésquines, Antístenes, Xenofonte, Platão, Aristófanes, Cratino, Éupolis) chegaram a um acordo para difundir uma invenção (a saber, Aspásia, mestra da oratória) contraditória a sua própria experiência (DUESO, 2008, p. 4).

Logo, se não era verídico que Aspásia existiu, como ela pode ela ser citada por tantos pensadores? É importante salientar que sua condição de estrangeira foi fundamental para desenvolver sua habilidade de trabalhar em círculos políticos, mesmo que seu gênero tenha complicado sua situação. Aspásia conseguiu evitar as restrições usuais impostas às mulheres atenienses de sua classe social. Nesse sentido, Mary Ellen Waithe (1987) afirma que o conteúdo satírico do *Menêxeno* de Platão não se dirigia diretamente contra Aspásia, mas sim contra a arte oratória em geral, especialmente os elogios funerários, e o movimento sofista como um todo.

Muito provavelmente, Aspásia de Mileto, assim como outros jônios provenientes

da Ásia Menor, teve como profissão o comércio de conhecimento. As pólis gregas da Ásia Menor, especialmente Mileto, eram grandes centros de conhecimento e o berço da Filosofia. Segundo Teresa Ferrándiz, essas “cidades tinham outros costumes, sendo mais relaxadas, livres e cultas que Atenas” (2011, p. 66). Assim como seu contemporâneo Anaxágoras, Aspásia provavelmente se tornou professora para clientes atenienses. Portanto, ela fazia parte dos sofistas, como Protágoras e Górgias, que também vendiam seu conhecimento.

Conforme José Solana Dueso (1994), é possível que Aspásia tenha mantido uma escola para mulheres, assim como Safo de Lesbos já havia feito no século VII a. C. Essa pode ser a razão pela qual mulheres jovens e esposas frequentavam regularmente sua casa: para serem educadas. Além disso, ela também teria ensinado homens.

Nenhuma obra escrita por Aspásia sobreviveu, o que pode ter contribuído para a contestação de sua existência. Devido à sua relação com Péricles e seu destaque em retórica e política, é provável que ela tenha auxiliado na composição da oração funerária relatada por Tucídides. Além disso, ela pode ter sido a autora de partes do epitáfio recontado no *Menêxeno*.

No livro *Econômico* de Xenofonte, destaca-se a habilidade de Aspásia nos assuntos relacionados à administração doméstica (*Econômico*, III, 14) e ao bom casamento (*Memoráveis*, II, 6, 36). Ela foi “Um dos principais membros do círculo de Péricles, e, com outros, uma edificadora do movimento sofista” (Bloedow *apud* Waithe, 1987, p. 78).

Aspásia era uma intelectual à frente de seu tempo, habilidosa em economia doméstica e no aconselhamento de casais, como informa Xenofonte. No entanto, ao longo dos séculos, ela foi esquecida, assim como outras filósofas antigas. Sua capacidade como pensadora foi questionada simplesmente por ser mulher.

Ainda hoje, sua posição como filósofa é contestada. No entanto, novas análises de fontes históricas conseguiram resgatar a memória de Aspásia de Mileto, mestra em retórica na Atenas clássica. Podemos concluir que sua existência é contestada principalmente porque historicamente às mulheres foi negado acesso ao conhecimento e ao intelecto. Mesmo que a mulher em questão tenha tido acesso ao ambiente público e ao conhecimento, isso só foi possível porque ela fazia parte de um sistema cultural diferente do vigente na maioria das Cidades-Estado da Grécia Antiga, especialmente em Atenas.

### **3.2 Christine de Pizan, autora medieval**

Outra intelectual que se destacou enquanto pensadora e teórica foi Christine de Pizan (1364-1430), intelectual medieval que escreveu sobre as mulheres a partir de uma

perspectiva feminina. Ela desafiou a predominância masculina na literatura da época, que frequentemente retratava as mulheres sob a ótica masculina.

Na Baixa Idade Média, quando as mulheres eram minorias silenciadas e silenciosas apenas como anexos dos homens (pais, maridos, senhores), o fato de uma mulher ter acesso à educação, ser lida e reconhecida por homens e mulheres, foi notável e digno de admiração e reconhecimento. Isso instigou o estudo, a pesquisa e o resgate da condição feminina na historiografia tradicional.

As principais obras de Christine de Pizan são *A Cidade das damas e Três virtudes*. Seus escritos contribuíram para a reconstituição do universo feminino na época medieval, a partir de sua visão de mundo, desejos e inconformidade com a desigualdade em relação aos homens em todos os aspectos da vida.

Seus textos podem ser considerados tratados de educação. Ela escrevia principalmente para mulheres, concebendo-as como possuidoras de conhecimento e intelecto. Isso era uma resposta à produção literária masculina, que frequentemente retratava as mulheres como devassas, perigosas e astuciosas ou, em extremo oposto, como virgens submissas e desprovidas de inteligência.

Após ficar viúva, Christine dedicou-se à vida literária e assumiu a responsabilidade pela manutenção e sustento de sua família. A literatura se tornou seu meio de subsistência e também o de sua família. “Ela. Seria a primeira mulher a exercer o ofício de escritora, como profissão e fonte de renda. E não só: a sua obra intitulada *La Cité des Dames*, escrita em 1405, permitiu distingui-la como precursora do feminismo moderno” (CALADO, 2006, p. 15).

Christine produziu várias obras, incluindo poemas, tratados de educação, moral e política. Todos esses escritos destacam a temática do universo feminino e pioneiramente questionam a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas questões biológicas. Elas também têm origens religiosas, culturais e sociais.

O conhecimento e a inconformidade de Christine com o sistema são evidentes. Questões que seriam posteriormente abordadas pela filósofa Simone de Beauvoir já inquietavam a escritora na baixa Idade Média. Ela questionava a visão de que as diferenças entre homens e mulheres eram apenas biológicas, enfatizando a dimensão cultural.

Escrevendo para mulheres e sobre mulheres, Christine floresceu após a morte do marido, trazendo sensibilidade, coragem, emoção e feminismo à literatura medieval. Ela morreu em 1430, no convento de Possy, onde passou a viver em 1422.

Teria tornado textos produzidos por homens acessíveis à realidade feminina. Christine de Pizan é uma mulher que facilita o entendimento do mundo intelectual para outras



mulheres, visto que o conhecimento era hierarquizado e universal no sentido masculino, sendo inacessível ao círculo feminino. Essa comunicação com as mulheres tornou visível o cotidiano feminino no final da Idade Média, mesmo em período curto, que foi mais receptivo e propício ao reconhecimento do papel social da mulher.

A partir do século XII, autores que se dedicaram a escrever sobre educação voltaram sua atenção para o comportamento social, especialmente das mulheres. A questão feminina ganhou mais visibilidade, e as mulheres gradualmente ocuparam mais espaços, resultando em uma vasta bibliografia sobre os modos e condutas sociais femininas e sua regulação.

*A Cidade das Damas*, obra datada de 1405, é um marco na Filosofia feita por mulheres. Como narradora em primeira pessoa, Christine apresenta sua própria história. A autora ressalta as figuras de três nobres damas: a Razão, a Retidão e a Justiça.

Ao longo da obra, Christine de Pizan desconstrói argumentos que degradam a imagem das mulheres, criados por homens comuns e figuras históricas, incluindo membros do clero e outros. Ele narra histórias de mulheres que se destacaram por sua razão, arte ou virtude. Essas mulheres sofreram perseguições, injustiças, humilhações e, em alguns casos, pagaram com a vida pelo simples fato de serem mulheres. A autora também destaca mulheres nobres que conseguiram se destacar no meio político ou que foram fundamentais para persuadir grandes nomes da política. Além disso, ela menciona cientistas célebres e inventoras talentosas em vários aspectos. Corroborando com as afirmações acima, a citação de Christine:

[...] Certamente, cara amiga, um número considerável de ciências e técnicas importantes foram descobertas graças à inteligência e habilidade das mulheres, tanto nas ciências puras, como dão testemunho seus livros, quanto nas artes, demonstradas em obras manuais e elaboradas. Darei-te alguns exemplos. “Primeiramente, falar-tei da nobre Nicostrata, que os italianos chamavam de Carmenta: esta dama era a filha do rei da Arcádia, Palade. Dona de uma inteligente notável, e dotada por Deus de conhecimentos especiais. Ela conhecia a fundo a literatura grega; seu falar era tão belo e tão sábio, de uma eloquência admirável que os poetas da época imaginaram, nos versos que lhes consagraram, que ela era amada pelo deus Mercúrio. Eles dizem igualmente que o filho, que ela tinha tido com seu marido, detentor de uma extraordinária inteligência, era filho desse deus. Em razão de algumas desordens ocorridas no seu país, esta mulher emigrou à Itália, com o filho e uma multidão de gente. Eles deixaram seu país em uma grande frota e chegaram no rio Tibre. Ali, desceu e subiu no alto de uma colina, que ela chamou Monte Palatino, do nome de seu pai. É nesta colina que foi fundada a cidade de Roma. Ela construiu uma fortaleza, com a ajuda de seu filho e de quem a tinha acompanhado. Achando que as pessoas da região viviam como animais, ela escreveu algumas leis, prescrevendo-os a agirem de acordo com o direito e a razão, como era justo. Ela foi então a primeira a promulgar leis naquele país, que teve em seguida tanto prestígio e de onde veio todo o direito escrito (PIZAN, 2006, p. 184).

Podemos constatar, através das afirmações retiradas da obra *Cidade das Damas*, como grandes mulheres fizeram contribuições significativas para a sociedade. Elas não apenas

enfrentaram as adversidades da vida, mas também desempenharam papéis importantes em questões políticas.

A autora relata, entre outros temas, sobre a educação das meninas. Ela afirma que grande parte dos autores que se dedicavam à formação das mulheres entendia que essa formação deveria ser eminentemente prática, ou seja, voltada para as necessidades cotidianas das mulheres, respeitando sua condição social:

A camponesa deveria saber cuidar de sua casa; a burguesa e a nobre deveriam saber comandar seus empregados e possuir uma cultura um pouco mais aprimorada, ler e escrever, conforme as suas responsabilidades sociais. Além disso, todas precisavam saber costurar, fiar, tecer e bordar, ou seja, todas deviam ter uma educação orientada pela perspectiva do casamento, de cuidar do marido, dos filhos e da casa (LEITE, 2008, p. 175)

De acordo com Lucimara Leite (2008), sob outro ângulo, a educação das mulheres era eminentemente cultural e de ordem privada. Como elas não tinham livre acesso às escolas e, posteriormente, às universidades, o contato com obras literárias se dava também por meio de trovas, sermões e espetáculos populares.

Outro aspecto importante na educação das mulheres era sua situação civil, visto que sua condição determinava o conteúdo ao que teriam acesso. Da mesma forma, a posição delas dentro da família era relevante para seu processo educacional, que seria diferenciado se estivessem na condição de mãe, esposa ou filha.

Em *A Cidade das Damas*, Christine conta pequenas histórias de vida de mulheres reais e mitológicas. Utilizando exemplos, Christine trouxe à luz a vida de mulheres que conseguiram, por meio de seus atributos morais, ocupar um lugar de destaque na sociedade. Ela provou a seus leitores, especialmente às mulheres, que assim como os homens, as mulheres possuíam capacidade intelectual e que essa capacidade era comum a todos os seres humanos, independentemente do gênero.

Christine desejava que as mulheres se percebessem como capazes e inteligentes, e que não aceitassem as concepções negativas que os homens escreviam e disseminavam sobre elas. Era necessário que as mulheres compreendessem como o não acesso ao conhecimento era um projeto para que jamais se desenvolvessem intelectualmente ou saíssem do âmbito privado. Mulheres ocupadas com o privado, sobrecarregadas com o cuidado, não faziam revolução. Mulheres silenciadas interessavam ao sistema patriarcal, que se sustentava com base no não acesso das mulheres aos espaços públicos.

A trajetória histórica das mulheres, principalmente daquelas que viveram na época medieval, é normalmente contada por meio de biografias que as retratam apenas como mães ou

esposas de grandes homens da história. Raramente se reconhece seus méritos próprios. Christine rompeu com esse sistema ao construir uma cidade de senhoras, todas escolhidas para habitá-la em razão de suas incontestáveis virtudes e feitos.

As questões levantadas pela autora em sua obra são bastante relevantes, pois incitam a reflexão e possibilitam uma nova visão acerca das mulheres: o reconhecimento delas como indivíduo, seres humanos iguais aos homens.

Como observadora e estudiosa de seu tempo e espaço, Christine relatou vários problemas enfrentados pelas mulheres, explicitando o cotidiano árduo sob uma estrutura social, política e econômica desfavoráveis. Em *A Cidade das Damas*, ela aborda o fato de as mulheres serem mal vistas pelos homens em muitos aspectos.

À mente, vinha-me um número considerável de autores, e, como uma fonte jorrando, ia reexaminando-os um a um. No final, cheguei à conclusão de que, criando a mulher, Deus tinha feito uma coisa bastante vil. Espantava-me, assim, que um artesão tão digno pudesse ter realizado uma obra tão abominável, na qual, segundo a opinião daqueles autores, reside todos os males e vícios. Completamente absorta por essas reflexões, fui inundada pelo desgosto e a consternação, desprezando-me a mim mesma e a todo o sexo feminino, como se tivéssemos sido geradas monstros pela natureza (PIZAN, 2006, p. 120).

A autora demonstrou como a figura feminina foi, ao longo do tempo, ridicularizada, menosprezada, inferiorizada e desrespeitada. Ela conseguiu trazer para o âmbito intelectual informações diferentes das que costumeiramente existiam sobre a importância feminina no meio social. Essas informações foram produzidas sob a ótica feminina.

Christine foi pioneira ao reivindicar e defender a igualdade entre os sexos, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação. Ela partiu da ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não eram biológicas, mas sim uma construção social sedimentada pelos homens.

Com tudo isso, podemos assim afirmar a existência e consistência de um discurso feminista, mesmo esse termo não existisse nesse período, no final da Idade Média. Christine indignou-se com a condição de vida das mulheres nessa época e partiu para o enfrentamento, utilizando-se de sua arte, a literatura, para, inicialmente, questionar e debater sobre a condição feminina e as construções misóginas estabelecidas e disseminadas por clérigos, filósofos e poetas.

Em sua obra *A Cidade das damas*, ela povoou sua cidade com mulheres exemplares que contribuíram para a vida prática (como Nossa Senhora, Carmente, Ceres, Minerva etc.), que gozaram de poder político (como Rainha Fredegunda, Rainha Jeane, Duquesa d'Anjou, entre outras), que possuíam conhecimento científico (como Probe, Medéia, Hortência, etc.) e

que eram virtuosas, fieis e possuidoras de sentimentos constantes (como Júlia, Paulina, Xantipa e outras). O objetivo era demonstrar aos homens e às mulheres a inegável igualdade entre os sexos, principalmente no que diz respeito à capacidade de aprendizagem.

Christine atribuía muito valor às mulheres, considerando-as a base e a fortificação de sua cidade. Esse artifício é o ápice de suas ideias, ou seja, a participação de mulheres fortes e sábias, educadas para desempenhar suas atribuições na sociedade em pé de igualdade com os homens. Isso deveria ser possível, segundo a escritora, se houvesse educação igualitária.

A filósofa em questão queria entender qual era a razão para o julgamento depreciativo dos homens em relação às mulheres. Ela tentou convencer a si mesma e aos outros da ilegitimidade desse julgamento por meio de exemplos de mulheres de caráter edificante. Utilizando uma linguagem didática, ela objetivava acabar com a ignorância dos homens quanto à natureza da mulher. Em sua obra, *A Cidade das Damas*, Christine também abordou a desonestidade intelectual que as mulheres sofreram por parte dos homens.

Filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar à conclusão de que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício. Com essas coisas sempre voltando insistentemente à minha mente, pus-me a refletir sobre a minha conduta, eu, que nasci mulher; pensei também em outras tantas mulheres com quem convivi, tanto as princesas e grandes damas, quanto às de média e pequena condições, que quiseram confiar-me suas opiniões secretas e íntimas; procurei examinar na minha alma e consciência se o testemunho reunido de tantos homens ilustres poderia ser verdadeiro. Mas, pelo meu conhecimento e experiência e por mais que examinasse profundamente a questão, não conseguia compreender, nem admitir a legitimidade de tal julgamento sobre a natureza e a conduta das mulheres (PIZAN, 2006, p. 119).

A obra da autora surge a partir da inquietação causada pelos julgamentos sobre as mulheres por grandes e importantes homens. Ela pontua situações nas quais mulheres conseguiram se destacar e superar várias falas de depreciação da figura feminina.

É necessário ressaltar que a existência e o alcance das obras de Pizan só foram possíveis porque a sociedade da Idade Média convivia com a presença feminina em sua estrutura. Houve uma abertura e aceitação, mesmo que tímida, à atuação da mulher.

Devido às Cruzadas, os homens se ausentavam por longos períodos de suas terras, e às vezes não voltavam. As mulheres eram obrigadas a assumir papéis que eram dos seus pais e maridos. A sociedade passou a necessitar de uma participação mais ativa das mulheres, emergindo, assim, a exigência de preparação para que elas pudessem exercer tais atividades.

Christine não mais vivia em uma sociedade composta por um clero, nobreza e servos como estamentos estanques e bem delimitados. A sociedade estava se transformando. Uma nova classe social se formava: a burguesia. Esse ambiente de transformação social também

propiciou essa abertura para as mulheres, apesar das leis ainda muito rígidas e preconceituosas.

Com todas as transformações sociais que vinham ocorrendo, Christine direcionava suas obras aos anseios do seu público, às mulheres, que estavam iniciando um processo de valorização enquanto seres humanos e partindo para uma atuação mais direta na vida pública. Seus textos surgiram como resultado desse desejo social.

Ela escreveu sobre a não acessibilidade das mulheres à educação, a igualdade entre os sexos, defendendo que as diferenças identificáveis eram construções sociais. A intelectual foi, por assim dizer, a primeira voz feminina na história medieval a questionar a situação da mulher e a se levantar em sua defesa, utilizando o direito à educação como bandeira.

### **3.3 Olympe de Gouges, defensora dos direitos da mulher**

Ao ser levada à morte, Olympe de Gouges teria afirmado: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. A autora da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* é Marie Gouze, conhecida como Olympe de Gouges (1748 – 1793). Ela foi guilhotinada em 1793 em Paris, acusada de ter-se oposto à Revolução Francesa e se considerada uma mulher “desnaturada” e “perigosa demais”.

Olympe de Gouges escreveu várias peças de teatro e panfletos, revelando seu apoio à Revolução Francesa em 1789. Dois anos depois, em 1791, ela ousou propor uma *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, dedica à Rainha, Maria Antonieta, esposa de Luís XVI. O documento foi encaminhado à Assembleia Nacional da França, para que fosse aprovado, como havia ocorrido com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (agosto de 1789). Sua proposta, no entanto, não obteve sucesso.

A declaração de Olympe de Gouges inspirou os 30 artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pela ONU em 1948 e assinada por um número crescente de nações. Sua proposta tinha 17 artigos, sucedeu a revogação dos direitos feudais.

A autora criticou veementemente o documento anteriormente aprovado pela Assembleia Nacional da França, apelando às mulheres para que se posicionassem em relação aos ideais revolucionários de liberdade e igualdade. O desapontamento de Olympe ocorreu porque as mulheres não foram mencionadas como seres que também tinham o direito de serem assistidas pelas leis criadas.

Olympe de Gouges se interessou por questões como a escravatura, o celibato para o clero e a pena de morte, os sistemas de governo. Além de ser uma fervorosa ativista da igualdade de gênero. Ela escreveu peças de teatro, novelas, artigos políticos, panfletos e

tratados, tornando-se uma mulher influente e intelectualizada, muito à frente de seu tempo.

Em 1778, ela iniciou sua produção textual, escrevendo peças de teatro com um viés humanista. Presa pela primeira vez na Bastilha no ano de 1785 pela peça *Escravidão negra* (Fauve-Chamoux, 2013), Olympe continuou a lutar contra a escravidão e se envolveu em associações de negros que buscavam o fim desse sistema na França.

Apesar da resistência no teatro francês pré-revolucionário, Olympe organizou uma trupe itinerante com seu filho para apresentar suas peças e ideias ao público de Paris e arredores (DE SOUSA; SALGADO, 2015).

As convocações para a Assembleia Geral dos Três Estados iniciaram em 1788, e naquele momento não era permitido às mulheres exporem suas ideias. Foi nesse período que Olympe escreveu e distribuiu diversos manifestos e ensaios políticos para fazer sua voz e de outras mulheres serem ouvidas.

Olympe de Gouges contava então 40 anos, e a partir deste período histórico, passa a dedicar sua vida aos direitos civis e à política. Além da abolição da escravatura e da emancipação feminina, ela também defendia o amor livre, a construção de maternidades para mães solteiras e de orfanatos, a criação de um teatro dedicado à dramaturgia feminina, de oficinas nacionais para os desempregados e de lares para os sem-teto (DE SOUSA; SALGADO, 2015, p.2).

“A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”, afirmou Olympe em seu compilado de leis, *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. A intenção de Gouges era que seu texto fosse apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em outubro de 1791 para aprovação. No entanto, a reivindicação da revolucionária foi ignorada na época, e juntamente com as acusações feitas à autora, considerada perigosa para a moral feminina e sua oposição política, acabou sendo sentenciada à morte.

Seus escritos motivaram o debate de ideias contra uma sociedade comandada por homens e influenciada pelas regras aristocráticas e religiosas. Quando, em 1789, foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um dos seus objetivos era estabelecer regras que tornassem a sociedade mais igualitária e garantisse os direitos de uma parte da sociedade. No entanto, os direitos das mulheres não se encontravam na declaração, e o que contestava Olympe era que não só os homens deveriam ter um compilado de direitos, mas as mulheres também.

O que pretendia Olympe de Gouges era escrever um documento de igual importância que, por meio dos seus dezessete artigos, estabelecesse a igualdade entre os gêneros. Criticando as leis que abrangiam somente os homens, a revolucionária defendia que as mulheres também fossem vistas como indivíduos com acesso às leis.

A pauta que a tornou gigante foi a defesa de outra minoria social, as mulheres. Ela observou que, embora a participação feminina durante todo o período revolucionário tenha sido intensa, inclusive nas frentes de batalha, elas foram sendo alijadas dos espaços públicos de poder. Olympe acreditava ser possível exercer sua cidadania no feminino. A recém-proclamada república, que havia embalado o sonho de tantas mulheres pela igualdade, não lhes permitiu trilhar o caminho do progresso e da liberdade ao lado dos homens. É daí que nasce a sua Declaração, um convite à luta em defesa dos direitos femininos, os mesmos direitos garantidos para os homens dois anos antes, por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (SANTOS, 2021, p. 10).

A filósofa e revolucionária lutou por direitos que, do ponto de vista da justiça social, deveriam ser minimamente colocados em prática. Olympe não pretendia alcançar algo extraordinário; buscava melhorias para que aquelas que ajudaram a construir um país republicano, aquelas que foram figuras importantes na Revolução Francesa, fossem vistas e acolhidas também como cidadãs. Cidadãs que não apenas teriam deveres, mas também deveriam ser contempladas com direitos.

A posição renovadora da filósofa revoltou líderes da Revolução Francesa, como Jean-Paul Marat (1743–1793) e Robespierre (1758–1794), que a consideravam uma mulher “desnaturada” e “perigosa demais”, visto que ela era contrária aos ideais que eles pregavam. Sua postura de revolta e senso de justiça, ao reivindicar direitos para o gênero feminino, foram suficientes para que fosse julgada e condenada à morte.

Acusada de ter esquecido as virtudes do seu sexo, segundo historiadores, Olympe não pôde defender-se adequadamente. Ela foi silenciada para não atrapalhar o curso dos ideais políticos que historicamente favoreceram, por muitos séculos e em muitas culturas, apenas o gênero masculino. Podemos constatar que a igualdade, lema da Revolução Francesa, não era tão universal quanto se promulgava. Era uma igualdade que abrangia apenas alguns privilegiados.

Homem, tu és capaz de ser justo? É uma mulher que te faz essa pergunta; pelo menos desse direito tu não a privarás. Diz-me, quem te concedeu o poder supremo de oprimir meu sexo? Tua força? Teus talentos? Observa o Criador em Sua sabedoria; percorre a natureza em toda a sua grandeza da qual aparentas querer aproximar-te, e dai-me, se tu ousas, um exemplo desse império tirânico (GOUGES, 2021, p. 37).

Olympe buscava por justiça e igualdade. Revoltou-se contra o poder masculino exercido desde tempos remotos e a opressão exercida sobre as minorias. Seu enfrentamento era pela igualdade de gênero, contra as injustiças, a favor de uma sociedade na qual as mulheres pudessem ser vistas como dignas de participarem ativamente da política, ou seja, da sociedade como cidadãs que têm seus direitos assistidos. Embora tenha morrido em prol do que defendia,

desafiou as estruturas de poder e opressão de seu tempo.

A ideia de justiça e igualdade de gênero deve ser debatida e tem sido debatida e defendida ao longo dos tempos por diversos movimentos sociais, filósofos e pensadores, principalmente os pensadores modernos. No entanto, em relação aos direitos das mulheres, esses mesmos intelectuais que defendiam liberdade, igualdade e fraternidade se opuseram a uma ascensão feminina no que tange o meio público, social, político e intelectual.

É considerável reconhecer que o poder não deve ser usado para oprimir ou marginalizar qualquer grupo, e que o posicionamento de Olympe é contra o sistema de exclusão sofrido pelas mulheres historicamente.

Idealizadora da justiça e equidade, ela pretendia promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, não apenas para os homens brancos, burgueses e de extratos sociais favorecidos. Levantou-se contra as estruturas de poder existentes e batalhou para construir uma sociedade mais inclusiva e justa. Em seu documento sobre os direitos da mulher, ela pondera:

Somente o homem, desde o princípio, configurou-se uma exceção. Bizarro, cego, inflado de ciências — neste século de luzes e de sagacidade —, na ignorância mais abjeta, ele quer comandar como déspota um sexo dotado de todas as faculdades intelectuais; ele pretende usufruir da Revolução e reivindicar seus direitos à igualdade para nada mais dizer a respeito (GOUGES, 2021, p. 37).

Seu objetivo não era o de contestar os direitos masculinos, mas entender por que apenas os homens se achavam merecedores de direitos, enquanto às mulheres não era permitido ter os mesmos direitos. O que a aborrecia também era o fato de tantos intelectuais, mesmo os que se diziam a favor da liberdade e da justiça, não terem se revoltado ou se incomodado com as injustiças que as mulheres vinham sofrendo ao longo dos anos.

A mulher nasce livre e mantém-se igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum. A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais imprescritíveis da mulher e do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão (GOUGES, 2021, p. 41).

Seu objetivo, o de incluir as mulheres como cidadãs dignas de participarem dos direitos criados após a Revolução Francesa, não foi alcançado de imediato. No entanto, o teor jurídico da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã fez deste documento um marco na luta das mulheres, influenciando as futuras declarações, tratados e leis que buscam a igualdade de gênero. Assim, seu ideal é constantemente realizado em cada peça jurídica que estabelece regras e normas para garantir a essencial igualdade de gênero.



Olympe de Gouges lutou não só pelas mulheres, mas principalmente em prol da igualdade, que só seria plena se houvesse igualdade jurídica, de gênero, pluralidade e democracia. No entanto, sua voz foi calada por aqueles que se diziam defensores da liberdade, e em 1793, “sob a acusação de ter querido ser homem e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo”, sua vida foi ceifada. Seu legado, porém, foi ouvido pela França e pelo mundo em cada luta travada pela igualdade. E assim, lutando, Gouges, ficou imortalizada na luta pela reivindicação de igualdade política entre os gêneros.

### **3.4 Simone de Beauvoir e a questão da alteridade feminina**

Analisando a obra *O Segundo Sexo*, escrita em 1949 por Simone de Beauvoir, uma filósofa, escritora e feminista francesa, podemos compreender como ela examina a condição da mulher na sociedade, abordando questões de opressão, discriminação e desigualdade de gênero.

Beauvoir questiona por que as mulheres teriam sido historicamente relegadas a uma posição secundária em relação aos homens e por que poucas mulheres teriam conseguido se destacar no meio intelectual, social, político. Ela também questiona a aceitação da maioria das mulheres em serem subordinadas ao gênero masculino.

Segundo a autora, essa subordinação foi perpetuada mediante mitos, estereótipos e instituições sociais. Analisando a história da humanidade, Simone de Beauvoir afirma que as diferenças entre homens e mulheres são sociais e não biológicas, como se acreditou por muitos anos.

Explorando o conceito de “Outro”, a filósofa destaca que as mulheres frequentemente são definidas em relação aos homens, não como sujeitos, mas como algo outro, algo menor, inferior, menos racional e menos importante. Essa visão sexista e de desmerecimento da figura feminina contribui para sua subjugação. Ela argumenta que as mulheres devem rejeitar os papéis tradicionais e buscar sua própria autonomia e liberdade.

A obra aqui analisada impactou e continua impactando os movimentos feministas. É amplamente considerada um dos textos fundamentais na discussão de gênero na contemporaneidade. Desafiou as concepções convencionais sobre gênero e influenciou gerações de pesquisadores e pesquisadoras.

Não podemos deixar de observar que a busca pela inserção de filósofas no meio intelectual incomoda várias pessoas, principalmente aqueles que têm sido privilegiados com a marginalização feminina no meio social. Mesmo assim, é necessário que filósofas tenham espaço para se tornarem visíveis e que suas teorias filosóficas ascendam à luz pública, já que

também são parte da humanidade racional e produziram teorias, embora tenham sofrido historicamente várias restrições no que concerne à vida pública.

Avançando nas pesquisas sobre o *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, pudemos constatar questões como protagonista o sexo masculino, abafou a voz feminina, mantendo-a cativa de vontades fálicas e egoístas por muito tempo ao longo da história. Dessa forma, a estudiosa das obras de Simone de Beauvoir, Magda Guadalupe, afirma que:

Assim, a Filosofia da primeira metade do século XX não parece se destacar do pensamento tradicional, já que o sujeito masculino assume a voz da universalidade corpórea e essencial. Nesse contexto é que Simone de Beauvoir rompe com as bases tradicionais de pensar e fazer Filosofia, ao adotar um ponto de vista feminino do corpo vivido, o que constitui uma autêntica fenomenologia da experiência de mulheres em sua especificidade de gênero (GUADALUPE, 2019, p. 14).

O pensamento de Beauvoir aparece como subversivo. Em uma época em que ainda prevalecia um sistema patriarcal, não é à toa sua obra passou a ser vista como ameaçadora e entrou para o Índice de livros proibidos pela Igreja Católica.

A questão de gênero vem sendo abordada ao longo de sua obra para explicar que a mulher taxada de inferior assim o é não por questões biológicas, mas por questões culturais. Sua famosa frase que assevera “não se nasce mulher, torna-se” é uma das principais questões colocadas pela filósofa. O tornar-se mulher, “inferior” e subjugada, sempre disponível a servir, é algo que se aprende a ser. Essas características não vêm marcadas no DNA da mulher.

[...] a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes. O homem suserano protegerá materialmente a mulher vassala e se encarregará de lhe justificar a existência: com o risco econômico, ela esquiva o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar seus fins sem auxílios. Efetivamente, ao lado da pretensão de todo indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir de sua liberdade e de constituir-se em coisa. É um caminho nefasto porque passivo, alienado, perdido, e então esse indivíduo é presa de vontades estranhas, cortado de sua transcendência, frustrado de todo valor (BEAUVOIR, 1970, p. 14-15).

De início, Simone de Beauvoir mostra-se indignada com uma classe que, aparentemente, se aceita como inferior, subjugada e menosprezada, a saber, a classe feminina. Ela chama atenção para que as mulheres se pensem como indivíduos capazes de transcender o mundo que até então fora moldado pelos homens e para os homens. Observa que enquanto as mulheres forem dependentes materialmente de seus companheiros, elas jamais serão livres. A filósofa indigna-se com uma história que se mostrou sempre estática, mas também com o fato de as mulheres não terem contestado suas condições de vassalas.

Na obra que aqui analisamos, podemos perceber que a autora chama a atenção para a existência de uma dimensão paradoxal constituída pela experiência das mulheres em geral, num mundo registrado pelos homens, autorizado pelos códigos e leis dos homens, abençoado pelas religiões e paradigmas masculinos. Simone aspira alertar que a história escrita por homens não permite que as mulheres saiam de suas condições de subjugadas e que até as aceitem. Como revolucionário, o pensamento da filósofa cogita acordar a mulher do sono dogmático, político e econômico que favorece sempre em primeira instância o sexo masculino.

A obra *O segundo Sexo* é uma crítica da filósofa ao modo como a mulher foi retratada na história da Filosofia. Um longo ensaio, feito à base de muita pesquisa e escrito minuciosamente para ressaltar como definiram a mulher ao longo dos séculos. O outro submisso, sem real importância, sem valor, um total desprezo ao feminino.

Ao longo da obra, observa-se que a mulher, em diversas culturas, é tratada como um objeto. Um adorno para o homem, algo que está ali para satisfazer suas vontades e desejos. Enquanto o homem parece sempre o detentor da luz, da razão, a mulher tem que ser pura e ter candura. Segundo Simone (1970, p. 223), “Na terra, os homens são defensores das leis, da razão, da necessidade; a mulher conhece a contingência original do próprio homem e dessa necessidade em que ele crê; daí a misteriosa ironia que floresce em seus lábios e sua flexível generosidade”.

A história, a ciência e a literatura foram criadas pelo homem e para o homem. A mulher foi criada apenas para um mero servilismo. Simone atesta que:

A burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina. No *Hebdo-Latin* um estudante declarava há dias: ‘Toda estudante que consegue uma posição de médico ou de advogado *rouba-nos* um lugar’. Esse rapaz não duvidava, um só instante, de seus próprios direitos sobre o mundo. Não são somente os interesses econômicos que importam. Um dos benefícios que a opressão assegura aos opressores é de o mais humilde destes se sentir superior: um ‘pobre branco’ do sul dos E.U.A. tem o consolo de dizer que não é “um negro imundo” e os brancos mais ricos exploram habilmente esse orgulho. Assim também, o mais medíocre dos homens julga-se um

semideus diante das mulheres (BEAUVOIR, 1970, p. 18).

A inferioridade feminina importa muito e consideravelmente para aqueles que historicamente têm sido privilegiados com a opressão das mulheres. Dar voz, dar ouvido, permitir que tenham liberdade e garantia de direitos significaria, para o homem branco e de estrato social privilegiado, perder muitas vantagens em relação ao outro gênero. E quem gostaria de deixar de ser a um só tempo privilegiado?

“O homem funda-se e afirma-se pela liberdade” (Djamila, 2019, p20). O homem é livre desde o seu nascimento, e esse é um dos fatos que o colocam como superior à mulher. A história faz crer que a mulher tem um destino a seguir, fisiológico, psicológico e econômico. E por isso nunca poderá transcender. Usa-se da biologia para oprimi-la e afirma-se que, por ela possuir úteros e ovários, está relegada à condição inferior.

No entanto, segundo Beauvoir e o existencialismo, a transcendência é algo que pode atingir o feminino também, e não só o masculino.

Tomando como ponto de partida a dialética do senhor e do escravo de Hegel, Beauvoir cunha o conceito de Outro. Segundo seu diagnóstico, a relação que os homens mantêm com as mulheres é de submissão e dominação. As mulheres estariam enredadas na má-fé dos homens, que as veem e querem como objeto. A teórica demonstra em seu percurso filosófico que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Ser um outro feminino é algo comum e corriqueiro, segundo Beauvoir, e ocorre desde tempos primitivos. O questionamento aqui levantado é saber como o homem se colocou como superior e como a mulher aceitou ser inferior.

Muitos filósofos, cânones e homens das letras atestaram que as mulheres eram inferiores. Para isso, fizeram uso de narrativas mitológicas na antiguidade e das escrituras sagradas ao longo da história, argumentando sem contestar a subordinação que, logicamente, sempre os favoreceu. Simone de Beauvoir analisa as atitudes desses homens e corrobora com o conceito de Poulain de la Barre, uma feminista do século XVIII pouco conhecida.

“Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte.” [...] Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a Filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles e Sto. Tomás. Desde a Antigüidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas. Conheceram-se os violentos requisitórios que contra elas se escreveram através de toda a literatura francesa: Montherlant reata, com menor brilho, a tradição de Jean de Meung. Essa hostilidade parece, algumas vezes, justificável, mas na maior parte dos casos é gratuita. Na realidade, recobre uma vontade de autojustificação mais ou menos habilmente mascarada (BEAUVOIR,

1970, p. 15-16).

Poucos foram os homens que se contrapuseram a essa marginalização do gênero feminino. É importante reconhecer que esse aviltamento da figura feminina privilegia apenas uma parte da humanidade: os homens. Alguns filósofos, como Diderot e Stuart Mill, afirmaram que as mulheres também são seres humanos. No entanto, muitos discordavam desses pensadores.

Simone de Beauvoir chama atenção para o fato de que, durante a Revolução Industrial, a participação das mulheres no trabalho produtivo tornou seus adversários mais agressivos. Assim, as reivindicações feministas deixaram de ser apenas teórico e passaram a envolver questões econômicas. No entanto, a burguesia se apegava à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada, exigindo a presença da mulher no lar com ainda mais vigor após sua emancipação.

A mulher emancipada representaria uma verdadeira ameaça, pois seria perigosa em termos de concorrência. Mesmo na classe operária, os homens tentaram frear essa libertação. A liberdade feminina significaria para o homem não apenas lidar com uma concorrente à altura, mas também perder aquela que, por séculos, foi destinada para servi-lo.

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a Filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao *outro sexo* "a igualdade dentro da diferença" (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

A mulher é oprimida e limitada pelo sistema patriarcal, que a força a aceitar essa situação. Mas será que não há saída? Corromper o sistema e lutar contra ele exige coragem. A subversão deve ser gradual e consistente, não apenas palavras vazias. A busca pela liberdade não permite descanso; é necessário fazer-se ouvir e ver. As escritas que desafiam o sistema devem se tornar mais presentes, menos tímidas. E isso tem acontecido.

A pesquisa filosófica de Simone de Beauvoir sobre o outro sexo, em sua obra *Segundo Sexo*, representa um desafio e um desabafo. Mesmo tendo sido educada em uma família tradicionalmente católica, Beauvoir observou as desigualdades, injustiças e desvantagens enfrentadas pelas mulheres ao longo de suas vivências. Ela transcendeu a imagem de uma moça bem-comportada para uma questionadora e quebradora de regras, como relata em sua obra autobiográfica *Memórias de Uma Moça Bem Comportada*.

É essencial que o olhar feminino se torne desviante, buscando o diferente, para conscientizar-se de sua alteridade e transvalorar os valores vigentes. Como corroboração, cito a seguinte passagem:

A partir de *O Segundo sexo* e de todas as possibilidades que o pensamento de Beauvoir proporcionou à teoria feminista, abriu-se um campo de debate sobre como a diferença sexual funciona como uma estrutura hierárquica nas relações sociais. Nas empresas, nas escolas, na família e na cultura, papéis de gênero alocam homens e mulheres em determinadas funções, sentimentos, formas de vida e capacidades. Já a partir da leitura de Judith Butler, outro componente – a heteronormatividade – entre no debate sobre os problemas de gênero. Cada uma a seu modo, Beauvoir e Butler renovaram as perspectivas teóricas sobre o feminismo e abriram caminho para diferentes correntes de pensamentos que hoje se valem da proposição inicial de Beauvoir – tornar-se, devir – para pensar a transgressão das normas de gênero (RODRIGUES, 2019, p. 41).

É preciso desconstruir a ideia de que a mulher existe para servir, para ser o outro, objeto de desejo e vontade do homem. Devemos desconstruir a noção de que a mulher teria uma natureza inferior e, por isso, deve ser relegada às funções de servidão ao sexo oposto.

Quando Simone pondera que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, ela implica que os valores e comportamentos femininos são construídos socialmente. Antes de tudo, é necessário que a mulher reconheça-se como um ser que, ao longo da história, foi educado para ocupar essa posição. Ela não deve apenas questioná-la, mas também agir de forma a ultrapassar essa alteridade.

A obra de Simone de Beauvoir é fundamental para todos que se interessam pela questão de gênero. A filósofa influenciou várias correntes feministas, retratando a tensão dialética entre o singular e o universal. Ela analisa a situação histórica das mulheres, considerando características de gênero, raça, etnia, classe social, participação política, vivências sexuais e corpóreas, além das análises e teses feministas sobre igualdade, diferenças, opressão e alteridade. *O Segundo Sexo* é uma obra que destaca as experiências individuais de opressão e exclusão vividas pelas mulheres.

Essa obra que analisa, em várias culturas e ao longo do processo histórico, o desenrolar de uma história que se muitas vezes é considerada estática, pois visa beneficiar apenas alguns. No entanto, é necessário modificá-la, pois a mulher não se aceita mais como inferior e não aceita mais o homem como um ser puro universal e superior. Ela deseja, a partir de agora, também escrever a história. Para isso, é preciso desconstruir tudo o que foi aprendido até o momento.

Ao sair da condição de outro e se colocar como igual social e politicamente, a mulher luta por liberdade, salário igual e respeito. Se houve um tempo em que ela aceitava essa posição por medo ou dependência financeira, hoje ela se enxerga como um ser subjetivo, capaz de construir e modificar a história. Ela não mais aceita ser marginalizado ou subjugado.

## **4 A INSERÇÃO DO PENSAMENTO DE FILÓSOFAS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Após analisarmos teoricamente como os filósofos viam as mulheres ao longo da história e estudarmos a vida de algumas teóricas, as revoluções que ocasionaram e suas contribuições filosóficas, percebemos a necessidade de tornar essas teóricas mais visíveis e conhecidas.

A partir dos questionamentos levantados nessa pesquisa, constatamos que era nossa tarefa contribuir para a disseminação do conhecimento de que mulheres também foram grandes filósofas. Embora suas teorias tenham recebido menos visibilidade do que teriam se fossem filósofos do gênero masculino, nosso objetivo é destacar um número significativo de filósofas. Além disso, buscamos ampliar as discussões filosóficas para além das que já estamos acostumados.

Não temos a intenção de desqualificar, deslegitimar ou tornar insignificantes as teorias retratadas pelos cânones da Filosofia ao longo da história. Queremos apenas tornar conhecidas as filosofias produzidas por mulheres. É importante esclarecer que as mulheres historicamente foram privadas de diversos direitos, e o mundo foi injusto ao não permitir que participassem dos sistemas político-sociais.

Os homens nunca demonstraram interesse em destacar as mulheres no mundo público ou permitir que alcançassem independência. Como Simone de Beauvoir afirmou em *O Segundo Sexo*, uma mulher que ingressasse no mercado de trabalho poderia ser uma concorrente à altura, deixando de ser submissa e vassala do homem. Sua independência representaria uma mudança significativa, libertando-a da submissão que lhe fora imposta ao longo dos tempos.

Com base nisso, surgiu a ideia de criar um componente curricular, disciplina eletiva chamada “Mulheres na História da Filosofia”. Essa disciplina visa investigar as injustiças enfrentadas pelas mulheres no âmbito da intelectualidade, bem como sua participação na vida social e política. Nosso objetivo é exaltar aquelas que foram silenciadas, abafadas e ofuscadas por muitos anos, inserindo-as no currículo do ensino médio.

### **4.1 A situação da Filosofia no currículo do ensino médio a partir da BNCC no município de Farias Brito, no Estado do Ceará**

Nos moldes atuais da educação brasileira, podemos constatar que a Filosofia passou a ser entendida através do conceito de “competência”. Isso significa que o componente

curricular deve ter o poder de desenvolver no aluno certas orientações estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Novo Ensino Médio apresenta, portanto, um caráter de especialização, o que acarreta o esvaziamento do sentido público contido na educação básica. Essa mudança visa propor uma lógica empresarial, com foco principalmente no mercado de trabalho imediato.

Ao observarmos a história político-educacional do nosso país, percebemos que a Filosofia vem sofrendo instabilidade e sendo desqualificada ao longo dos anos. Passou por processos de desvalorização e teve sua importância questionada. Durante o período da ditadura militar (1964–1985), a educação brasileira sofreu uma exclusão total da Filosofia no currículo nacional de educação.

Esse foi um período marcado por repressão, morte, tortura e cancelamento de direitos em várias áreas. Nesse contexto, a Filosofia foi boicotada por não servir aos interesses dos governantes vigentes. Era vista como ameaçadora por possibilitar o pensamento autônomo, crítico e ético, o que levou à sua supressão para não interferir nos moldes do governo ditatorial.

A Filosofia foi então substituída pela disciplina de Moral e Cívica, que tinha em sua matriz valores cristãos, enfatizava a obediência à pátria, valorização a família e promovia a dedicação ao trabalho. Essa substituição foi efetivada na época.

Com o Decreto-lei de 869/69, regulamentado pelo Decreto 68.065/71, a Filosofia foi substituída pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Ordem Social e Política Brasileira (OSP), objetivando inculcar valores da moral católica, culto à pátria, às tradições, obediência às leis, dedicação à família, fidelidade ao trabalho. Cabe ressaltar que Educação Moral e Cívica constituiu-se como disciplina obrigatória, enquanto Filosofia era optativa no currículo. Dessa forma, o *núcleo comum obrigatório*, definido pelo Conselho Federal de Educação, não contemplou a Filosofia; e na *parte diversificada*, estruturada pelos Estados e regiões, a Filosofia não foi integrada como ponto de vista legal (PAIVA; PIOL, 2015, p. 235-236).

Podemos constatar que historicamente a Filosofia enfrenta momentos de instabilidade na educação brasileira, perdendo espaço para disciplinas de cunho moral. Essa instabilidade terá impactos futuros na percepção da Filosofia pela sociedade brasileira, muitas vezes considerada ou de pouco valor. Além disso, a disciplina é frequentemente vista como dispensável para a formação técnica desejada em uma sociedade voltada para o burocrático.

Há uma longa discussão sobre a importância da Filosofia no processo formativo dos estudantes. Se a sociedade prioriza a formação de indivíduos que serão mão de obra para o mercado de trabalho, é natural que se molde esses indivíduos apenas para o trabalho manual, visando ao rendimento financeiro imediato.

No entanto, instruir os estudantes a desenvolverem pensamento crítico é



fundamental. Isso permite que eles reconheçam quando estão sendo manipulados ou explorados. No entanto, em um mercado capitalista, os empregadores muitas vezes preferem trabalhadores alienados, que vendam suas forças de trabalho sem questionamento. A Filosofia, por sua natureza crítica, desperta a reflexão e a contestação. Assim, qual seria o interesse de uma sociedade pautada no trabalho explorador, defender o ensino de Filosofia ou torná-lo acessível?

Em 1971, a **Reforma de 1º e 2º Graus** alterou, em parte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. A Lei 5.692, como ficou conhecida, dividiu a estrutura escolar em dois graus: o “Ensino de 1º Grau” destinava-se à “formação geral”, à “sondagem vocacional” e à “iniciação para o trabalho” das crianças e pré-adolescentes na faixa etária dos 7 aos 14 anos; e o “Ensino de 2º Grau” destinava-se à “habilitação profissional” dos jovens. A Lei garantiu a obrigatoriedade escolar somente ao “Ensino de 1º Grau”, deixando o “Ensino de 2º Grau” ao encargo das secretarias estaduais de educação. Para os dois graus de ensino, a lei estabeleceu uma estrutura curricular organizada em um “núcleo comum” e uma “parte diversificada”, o primeiro com a competência do Conselho Federal de Educação para estabelecer as disciplinas obrigatórias a serem adotadas ao nível nacional; e a segunda com a competência do Conselho Estadual de Educação para indicar as disciplinas que atendessem as necessidades de cada região e que fossem consideradas importantes para fornecer uma formação adequada, tanto em termos gerais quanto profissionais (ALVES, 2002, p. 40-41).

As reformas na educação brasileira têm se inclinado a preparar o alunado para o mercado de trabalho, adotando abordagens tecnicistas. Especialmente nas classes mais baixas, os alunos são incentivados a buscar formação técnica. O governo justifica essa ênfase na educação técnica com base no crescimento econômico, espelhando-se na ideologia empresarial dos Estados Unidos.

Na década de 1980, a Filosofia voltou a ser debatida como disciplina no currículo escolar pelo Conselho Federal de Educação, por meio da Lei n.º 7.044/82, que modificou a Lei n.º 5.692/71. No entanto, a Filosofia tornou-se uma disciplina optativa, ficando a critério de cada escola sua implementação.

Já na década de 1990, a Lei n.º 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no inciso III do Art. 36, estabeleceu que, ao final do ensino médio, os estudantes deveriam ter “domínio de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Embora os conteúdos filosóficos e sociológicos pudessem ser trabalhados de forma transversal, essa promulgação não tornou a Filosofia obrigatória como disciplina.

A abordagem transversal não garante um espaço seguro para a Filosofia na prática educativo-pedagógica. Além disso, não há exigência de formação específica para que os professores ministrem essa disciplina. Como resultado, muitas escolas que incluem a Filosofia

em seus currículos frequentemente têm professores de outras áreas lecionando a disciplina. É essencial atribuir à Filosofia a mesma importância que se dá a outros componentes curriculares.

Somente em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684, tornou-se legalmente obrigatório o ensino de Filosofia. O Art. 36 da LDB estabelece que a Sociologia e a Filosofia devem ser disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.415/17, que introduziu a reforma conhecida como “Novo Ensino Médio”. Essa reforma inclui uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cinco itinerários formativos, deixando a critério das escolas como trabalhar esse componente curricular.

Historicamente, observando as leis relacionadas ao ensino de Filosofia, fica evidente a desvalorização dessa disciplina. Muitas pessoas, incluindo alunos e até mesmo professores, consideram a Filosofia desnecessária. A crença comum é que qualquer pessoa pode ministrá-la, mesmo sem a formação adequada. Isso é lamentável, pois perdemos muito quando não desenvolvemos adequadamente a Filosofia nas instituições de ensino.

No município de Farias Brito–CE, nas duas escolas de ensino médio (E.E.M. Getúlio Vargas e E.E.M.T.I. Gabriel Bezerra de Moraes), tanto a Filosofia quanto a Sociologia aparecem na grade curricular, com uma hora aula por semana. Mesmo antes da implementação do Novo Ensino Médio, essas escolas já dividiam os componentes curriculares conforme a BNCC e os itinerários formativos. A partir de 2022, com a implementação do Novo Ensino Médio, as duas escolas seguem o modelo proposto.

Segundo o Ministério da Educação, o Novo Ensino Médio deve contemplar a formação geral básica de diferentes maneiras ao longo dos anos dessa época. Disciplinas como português e matemática devem ser abordadas em todos os anos. A organização das áreas do conhecimento deve ocorrer por meio de “unidades curriculares, competências e habilidades, unidades de estudo, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal ou transdisciplinar de temas, ou outras formas de organização” (CNE, Resolução 3/2018, p. 10).

Além dos componentes curriculares comuns da BNCC, como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o Novo Ensino Médio deve complementar sua carga horária com itinerários formativos.

Os alunos devem ser formados com base nas áreas de conhecimento e suas múltiplas modalidades de sistematização, podendo optar por uma formação técnica e profissional. Os itinerários formativos devem ser organizados e desenvolvidos com um mínimo

total de 600 (seiscentas) horas eletivas pelo estudante, de acordo com seu plano acadêmico, técnico e/ou profissional.

A finalidade dos itinerários formativos é aprofundar e ampliar os conteúdos trabalhados nas áreas do conhecimento, por meio da realização de atividades que valorizem a criatividade, intelectualidade e a participação dos estudantes em atividades sociais. Essa abordagem visa despertar a capacidade reflexiva dos jovens sobre os problemas de suas realidades e da sociedade, pautado em um protagonismo juvenil, preparando-os para a academia e a vida profissional.

A forma como os itinerários formativos serão trabalhados fica a critério de cada sistema de ensino. Eles podem ser oferecidos de forma eletiva, permitindo que os estudantes escolham as opções mais adequadas às suas preferências e vocações. As regras para oferta e escolha dessas atividades são atribuições das escolas, que devem adaptá-las às condições e possibilidades tanto da rede de ensino quanto da realidade dos alunos.

#### **4.2 A necessidade da criação da eletiva “Mulheres na História da Filosofia”**

Após uma análise histórica sobre como grandes intelectuais e filósofos, os clássicos da Filosofia, viam as mulheres, constatamos que suas avaliações não são nada condescendentes. Observamos que as mulheres historicamente ocupam poucos espaços de poder na sociedade, enquanto os homens têm sido privilegiados desde tempos antigos.

Sentindo a falta de teóricas no conteúdo didático de Filosofia, nos livros didáticos usados no ensino médio, consideramos como poderíamos inserir filósofas no currículo das escolas públicas em Farias Brito-CE. Também refletimos sobre como os clássicos influenciaram ou interferiram na ascensão das mulheres no campo intelectual.

Durante a transição do ensino médio tradicional para o Novo Ensino Médio, continuou-se a utilizar o livro didático *Fundamentos da Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, até 2023, na cidade de Farias Brito. Com a adoção do Novo Ensino Médio, os professores escolheram a coleção de livros da editora Moderna Identidade em Ação (ciências humanas e sociais aplicadas). Esses livros começaram a ser usados em 2022. Ao analisar e comparar os materiais usados no ensino médio anterior e os do Novo Ensino Médio, constatamos que as obras quase não abordam figuras filosóficas femininas.

Não podemos continuar com uma História da Filosofia na qual as mulheres continuam sendo invisibilizadas. Não devemos ser coniventes com uma sociedade que constantemente nos faz acreditar que as mulheres são intelectualmente, moralmente e

socialmente inferiores. Precisamos criar oportunidades para tornar visíveis outras perspectivas filosóficas, além das que tradicionalmente consideramos válidas e universais.

Incluir mulheres na reflexão filosófica com adolescentes é fundamental para discutir questões como desigualdade de gênero, patriarcado, preconceito, machismo e misoginia. Devemos refletir sobre como os homens que marcaram a história da Filosofia contribuíram para a diminuição e desvalorização das mulheres.

Vivemos em uma sociedade em que o modelo hegemônico europeu-masculino-cultural atribui aos homens características como força e razão, enquanto define as mulheres como dóceis e maternais, ligadas ao cuidado. Historicamente, mulheres foram excluídas de espaços públicos e acadêmicos. Elas foram definidas a partir de perspectivas masculinas.

Apesar disso, mulheres também fizeram Filosofia, produziram conhecimento filosófico e científico. Embora sua participação nessa área tenha sido tímida, elas deixaram sua marca no mundo intelectual. No entanto, é notório que a presença feminina nas matrizes curriculares das academias é rara. O mesmo ocorre no Ensino Médio, onde as mulheres raramente aparecem no componente curricular de Filosofia.

O que poderia ser feito para reparar essa depreciação intelectual feminina? Como poderíamos sanar a marginalização histórica sofrida por mulheres no que tange à episteme na Filosofia do ensino médio?

A luta pelo reconhecimento das teorias filosóficas femininas tem se intensificado nos últimos anos. É crucial incluir discursos filosóficos construídos por mulheres também no ensino básico, a fim de enfrentar a supremacia do discurso filosófico-masculino-europeu. Ao observarmos a história, constatamos que:

[...] seja na educação básica ou na formação superior, o quanto alimentamos as opressões de gênero ao transmitirmos um saber que parece interdito às mulheres, posto que não as escutamos, totalmente identificado com o sucesso de mais de vinte séculos de misoginia epistêmica. Isto é, do genocídio epistêmico das mulheres, operado ao longo de toda a história norte-ocidental unívoca heteropatriarcal hegemônica, através do apagamento e da total desqualificação da capacidade das mulheres de produzir conhecimento. Elas foram assim restringidas e reduzidas ao nível do privado, do familiar, excluídas do âmbito público, político e epistêmico, aprisionadas na *doxa*, reduzidas ao senso comum (TOLENTINO, 2017, p. 3).

Segundo a autora, a Filosofia tem se consolidado como uma área de superação ao senso comum. No entanto, em relação às mulheres, historicamente ela tem sido elaborada no contexto do poder masculino, branco e de classe dominante, silenciando as vozes femininas e desqualificando o conhecimento produzido por elas. Assim, a Filosofia tem se consolidado como um campo intelectual predominantemente masculino, hierarquicamente superior ao

produzido por mulheres.

A possibilidade de introduzir mulheres no componente curricular do ensino médio surge como uma reação subversiva à Filosofia tradicional e patriarcal, que historicamente desqualifica o conhecimento produzido por mulheres culturalmente consideradas inferiores aos homens.

Observando a realidade dos alunos do ensino médio na Cidade de Farias Brito, percebemos que mulheres filósofas raramente aparecem nos livros didáticos com a mesma ênfase ou reconhecimento que os filósofos. No espaço da escola pública, surgem perguntas de alunos e alunas sobre a presença de filósofas no meio intelectual. Por que elas não aparecem com a mesma frequência que os cânones nos livros didáticos? Quais seriam os lugares ocupados por mulheres conforme as visões de grandes filósofos?

Como pesquisadoras que transitam entre a Filosofia e a educação, não vemos sentido em uma Filosofia que privilegia uns em detrimento de outros, menosprezando o gênero feminino e negando a capacidade das mulheres de produzir intelectualidade.

Diante dessas questões, propusemos a criação de uma eletiva (componente curricular) chamada “Mulheres na História da Filosofia”, para discutir e explorar o papel das mulheres no desenvolvimento filosófico.

### **4.3 Reflexões sobre a prática da eletiva “Mulheres na História da Filosofia”**

É de fundamental importância abordar questões de gênero na Filosofia do ensino médio, para que os alunos compreendam as limitações que as mulheres enfrentaram ao longo dos anos em termos de acesso e desenvolvimento intelectual. É necessário destacar as desigualdades sofridas pelas mulheres desde a antiguidade e abordar as desigualdades intelectuais a que foram submetidas. Neste contexto, destacamos a posição de Miguel e Biroli (2014, p. 82), conforme segue abaixo.

Vale observar que o feminismo não se debruça sobre uma questão ‘localizada’. As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.

Destacamos que a representatividade feminina na Filosofia do Ensino Médio é uma questão crucial que pode e deve impulsionar uma educação mais inclusiva e diversificada. Ao

observarmos os fatos históricos, perceberemos que as mulheres foram ofuscadas, marginalizadas, desacreditadas e desvalorizadas na Filosofia e em muitas outras áreas do conhecimento.

No entanto, nos últimos anos, houve um crescimento no reconhecimento e na valorização das contribuições das mulheres para a Filosofia. A introdução de filósofas importantes, como Aspásia de Mileto, Christine, Olympe de Gouges, Simone de Beauvoir, entre outras, no currículo do ensino médio pode ampliar a perspectiva dos estudantes e proporcionar uma compreensão mais completa da história da Filosofia.

É de fundamental importância incentivar a reflexão crítica sobre o papel das mulheres na sociedade, suas lutas por reconhecimento e igualdade, e como suas perspectivas filosóficas contribuíram para o desenvolvimento do pensamento humano. Isso pode inspirar os estudantes, independentemente de seu gênero, a se engajarem em questões de justiça social e igualdade de gênero.

A inclusão de questões de gênero, representatividade feminina na Filosofia e desigualdades epistêmicas na educação do ensino médio não apenas preenche uma lacuna histórica, mas também promove a diversidade de ideias e estimula o pensamento crítico sobre questões sociais relevantes.

A presença de filósofas nos livros didáticos fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pode levar alguns estudantes do país a terem uma ideia equivocada de que pensadoras não existiram na história da Filosofia.

Na tentativa de equilibrar a desproporção existente do número de pensadoras na Filosofia, buscamos uma maneira de inseri-las nas práticas pedagógicas do ensino médio. Elaboramos uma proposta de ementa de uma eletiva (itinerário formativo) “Mulheres na História da Filosofia”, que foi enviada para a Secretaria de Educação do Ceará, SEDUC-CE. A proposta foi analisada e inserida no catálogo de eletivas do ensino médio do Estado do Ceará.

O objetivo da elaboração e implementação da eletiva em questão é apresentar diferentes filósofas que existiram e existem na história da Filosofia. É necessário reparar uma história de desproporção e desvalorização do gênero feminino no que diz respeito à elaboração intelectual. Precisamos responsabilizar a Filosofia patriarcal pelo não acesso das mulheres ao mundo racional, cognitivo, intelectual e, por permitir que as mulheres fiquem apenas à margem das produções epistêmicas historicamente.

Essa é uma luta modesta, porém significativa, por visibilidade, representatividade, espaço e reconhecimento de mulheres que fizeram produções intelectuais extremamente importantes para o mundo filosófico. Trata-se de uma luta pela igualdade intelectual. A ementa

foi enviada para a SEDUC em 2022 e entrou no catálogo em 2023, possibilitando sua implementação em todas as escolas de ensino médio do estado do Ceará.

A inclusão da eletiva permite que não apenas as filósofas destacadas nesta pesquisa façam parte do quadro de teóricas a serem analisadas, trabalhadas, discutidas e abordadas. Mas também permite que mulheres contemporâneas, negras e latinas sejam incluídas no quadro de pensadoras a serem apresentadas e discutidas com os alunos do ensino médio.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, pudemos verificar que as eletivas são parte dos itinerários formativos, devendo abordar problemas, dilemas, questões, demandas e necessidades do mundo contemporâneo, relacionando-os com as realidades dos estudantes tanto ao nível regional quanto local.

Essas eletivas também devem estar de acordo com as condições e possibilidades inerentes ao sistema de ensino da instituição. Ao perceber que o reconhecimento de mulheres como produtoras de conhecimento não fazia parte da realidade dos alunos da nossa cidade, assim como de muitas cidades do Brasil, propusemo-nos a tarefa de inserir teóricas no aprendizado dos estudantes do ensino médio.

Ao observar a proposta, fica claro que a criação e implementação da eletiva “Mulheres na História da Filosofia” se enquadra no que sugerem as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando que os itinerários formativos têm como objetivo aprofundar e ampliar os conteúdos trabalhados nas áreas do conhecimento, incentivando a proposta de metodologias criativas visando o aprofundamento intelectual e a participação dos estudantes, vemos a criação, oferta e resolução de conteúdos que abordam, em seu escopo, intelectuais que se destacaram ao longo da história e intelectuais que aparecem timidamente no meio filosófico.

Vemos a criação e implementação da eletiva em questão como uma forte proposta para aguçar a capacidade intelectual dos jovens que se propõem a participar deste componente curricular. Desenvolver o pensamento reflexivo sobre a problemática em questão que acaba interferindo no seu entorno, levando alunos e alunas a refletirem sobre o porquê de filósofas serem raramente citadas nos livros didáticos, não terem a mesma visibilidade que filósofos e levá-los a conhecer minimamente sobre suas vidas, teorias e como foram abordadas por grandes pensadores ao longo dos anos. Propor também a reflexão sobre se os preconceitos epistêmicos contra mulheres ficaram no passado ou ainda persistem atualmente.

As aulas de eletiva duram um semestre por turma. Devem ser ofertadas para compor os itinerários formativos. Não são obrigatórias, sendo comparáveis às disciplinas optativas ofertadas no ensino superior. A oferta das eletivas varia conforme a decisão da instituição escolar, podendo haver oferta desses componentes curriculares de eletivas para determinados

itinerários e, para outros, não.

Nesse contexto, os estudantes têm a liberdade são incentivados a decidir em quais eletivas desejam se inscrever. Para atrair a atenção dos alunos, é essencial que as eletivas sejam atrativas, pois, apesar de serem semestrais, não possuem avaliações reprovativas.

Os alunos que se optam por participar de uma eletiva geralmente o fazem porque sentem afinidade com a proposta. É importante que o estudante se sinta motivado a participar das eletivas, entendendo que elas têm como objetivo expandir suas experiências e, assim, ajudá-los a aprofundar nos seus projetos de vida.

No ensino regular, a eletiva é composta de duas horas-aula por semana, sendo uma presencial e outra remotamente no contraturno. Nesse modelo de ensino, optamos por analisar recortes do que pensadores teorizaram sobre a figura feminina ao longo dos anos. Ao longo das aulas, propomo-nos a apresentar uma filósofa por aula e, na aula remota, alguma atividade envolvendo a filósofa discutida em sala de aula. Existem diferenças entre as aulas que ocorrem presencialmente e as que acontecem remotamente, visto que alguns alunos podem se sentir desmotivados nesse modelo de aula ou por não terem acesso à internet.

É notável uma maior participação dos alunos nas aulas presenciais. No ensino integral, como as aulas eletivas ocorrem apenas presencialmente, o trabalho se torna mais fácil. Podemos observar um maior engajamento dos alunos nessas aulas. O debate flui com mais naturalidade e frequência, facilitando a elaboração de propostas não apenas teóricas, mas também práticas. No processo de desenvolvimento da eletiva, costumamos dividir a turma em equipes e pedir que cada equipe pesquise sobre uma filósofa que lhes interesse, a fim de apresentar seminários ao longo das aulas.

Ao final das eletivas, somos orientados pelas escolas a apresentar uma culminância, encerramento do projeto, a fim de contabilizar toda o aprendizado obtido com as propostas das aulas. Cada professor escolhe algo para fazer em sua culminância. Alguns entregam certificados ou convidam alguns alunos para falar da eletiva escolhida e como foi sua experiência nesse processo de aprendizagem. Optamos por convidar um aluno ou aluna para recitar um poema ou fazer uma explanação sobre as filósofas que trabalhamos ao longo do semestre.

As escolas costumam nos incentivar a escolher eletivas direcionadas para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). No entanto, se tivermos a opção, preferimos ministrar uma eletiva que consideramos atrativa para os alunos, que possa tirá-los desse sistema de cobrança a que estão submetidos para já começarem a se preparar para o ensino superior. Não que desconsideremos a importância de que eles já comecem a pensar ou se preparar para conquistar uma vaga em alguma faculdade, mas não acreditamos que isso deva ser a única finalidade.



Conhecer outras realidades e despertar nos alunos o pensamento crítico, sensibilizando-os para as desigualdades ou injustiças intelectuais, é tarefa de qualquer professor que se sinta incomodado com a Filosofia tradicional.

É extremamente gratificante perceber que conseguimos apresentar aos nossos alunos uma Filosofia diferente daquela a que estão acostumados e obrigados a aprender. Sem desvalorizar a importância dos cânones, propomos uma Filosofia alternativa, que não se limita àquelas que a História da Filosofia ocidental nos impõe como única opção de episteme.

Os alunos do ensino médio precisam entender que há uma ausência de mulheres nos livros didáticos, que existe invisibilidade de gênero, opressão e objetificação da mulher historicamente, e que fomos e ainda somos injustiçadas cultural e intelectualmente.

Eles precisam compreender a importância da representatividade feminina na Filosofia do ensino médio. Incluir filósofas no currículo do ensino médio permite que os estudantes tenham acesso a uma variedade de perspectivas filosóficas. Isso enriquece sua compreensão do mundo e os ajuda a desenvolver habilidades de pensamento crítico ao considerar diferentes pontos de vista.

Ao aprender sobre filósofas notáveis, as estudantes têm modelos a seguir e podem se sentir inspiradas a se envolverem em estudos filosóficos ou em outras áreas acadêmicas que historicamente foram dominadas por homens. Isso é especialmente importante para encorajar mais mulheres a seguirem carreiras nas áreas de Filosofia e ciências humanas.

Ao destacar as contribuições das mulheres para a Filosofia, os currículos educacionais ajudam a desconstruir estereótipos de gênero e desafiam a noção de que certas áreas de estudo são exclusivamente dominadas por homens. E se várias áreas foram dominadas por homens, é porque a eles foram concedidos direitos e possibilidades, enquanto às mulheres, não.

A inclusão de filósofas no currículo permite uma contextualização histórica mais precisa. As estudantes podem compreender melhor como as mulheres foram historicamente excluídas do cânone filosófico e entender o contexto social e cultural que influenciou suas contribuições.

Promover a representatividade feminina na Filosofia não é apenas uma questão de diversidade, mas também de equidade e justiça social. Reconhecer e valorizar o trabalho das filósofas é um passo importante para criar um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

Ao integrar a representatividade feminina na Filosofia do ensino médio, as escolas podem contribuir para uma educação mais completa, aberta e equitativa, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com uma compreensão mais

ampla e inclusiva.

Existe uma desigualdade intelectual, invisibilidade e silenciamento das mulheres em vários aspectos das sociedades, principalmente no que se refere à produção de conhecimento. As mulheres na Filosofia são marginalizadas e não são reconhecidas como um grupo social capaz de produzir conhecimento da mesma forma que os homens, mesmo com todo o progresso que tivemos ao longo dos anos. Conforme Taís Silva em seu artigo *Invisibilia: relato de experiência sobre um material alternativo para o ensino de Filosofia*:

As condições estruturais promovem ou impedem indivíduos a realizarem planos ou terem acesso a determinadas prerrogativas. Por estarem posicionadas em estruturas sociais diferentes, experiências e relações sociais são diferentes entre as pessoas, que muitas vezes são derivadas de desigualdades. As desigualdades estruturais privilegiam determinadas pessoas a despeito de outras (PEREIRA, 2020, p. 155).

Se a Filosofia tradicional privilegiou o homem branco e europeu em detrimento de outros grupos, isso não é motivo, atualmente, para que não nos interessemos por outras Filosofias além daquelas que por muito tempo consideremos serem as únicas necessárias para serem aprendidas.

Mesmo os alunos de uma cidade pequena, como Farias Brito, não precisam ser limitados no que diz respeito à absorção de conhecimentos filosóficos. Os alunos da cidade pequena, do interior, de escola pública, apesar de todas as suas limitações sociais e materiais, precisam conhecer e reconhecer outras Filosofias além dos cânones.

A aluna da zona rural, assim como a aluna da cidade pequena, pode, por meio da eletiva “Mulheres na História da Filosofia”, compreender que mulheres também se destacaram como grandes pensadoras, como grandes professoras de estadistas da Grécia Antiga, como grandes escritoras, grandes revolucionárias e como grandes subversivas que contestaram a tradição que as silenciou durante séculos.

Essas alunas podem se reconhecer, a partir das teorias trabalhadas no componente curricular, “Mulheres na história da Filosofia”, como possíveis ascensoras intelectuais. Estudar e entender filósofas é uma maneira de identificar que há possibilidades de destaque para as mulheres no mundo em que vivemos, que já evoluiu muito em relação a alguns direitos conquistados pelas e para as mulheres, mas que ainda é patriarcal e deficiente em relação a alguns direitos para as mulheres.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elucidar as considerações finais deste estudo, retomamos a questão da falta ou escassa de representatividade feminina na história da Filosofia nos livros didáticos usados no ensino médio. Tanto na Filosofia quanto na história, é essencial que as mulheres e suas práticas filosóficas e teóricas estejam presentes, assim como suas obras; jamais devemos eliminar as questões relativas às suas experiências.

É de fundamental importância estabelecermos epistemologias que nos permitam criar narrativas sobre as vivências humanas. Ao longo de toda a história da Filosofia, a mulher tem sido desvalorizada, desacreditada e desrespeitada. Conquistar seu lugar, diante de tantos pensamentos misóginos, torna-se uma tarefa difícil, mas não impossível.

Pensadores clássicos que defendiam o direito ao conhecimento, à liberdade e à igualdade, menosprezavam a figura feminina. Acreditavam que as mulheres seriam incapazes de produzir conhecimento ou que não possuiriam inteligência suficiente para adentrar o mundo da política e o mundo intelectual. Não lhes davam outras opções além de permanecerem no mundo privado, cuidando de todas as responsabilidades pertinentes ao ambiente familiar.

Eles tinham uma postura hostil com as mulheres. Defendiam que os seres humanos deveriam ter acesso a muitos direitos, mas a mulher não. Esta não era vista ou reconhecida como um ser humano completo, mas como uma parte deficiente. Era desacreditada, desrespeitada e deixada à margem da sociedade. Mulheres como Aspásia de Mileto foram desacreditadas, seria inadmissível para os costumes da época que uma mulher tivesse sido professora de homens, muito menos de homens célebres como Péricles e Sócrates.

Christine de Pizan foi mais aceita na Baixa Idade Média, mas em um contexto que valorizava a figura de uma mulher respeitosa e respeitável, ensinando mulheres a serem educadas, aconselhando-as a saberem se comportar e cuidar de suas finanças. Apesar de todos os obstáculos pelos quais passou, dedicava suas obras a criticar a visão preconceituosa dos homens em relação às mulheres, à defesa da capacidade intelectual delas e teve um papel fundamental como facilitadora de conhecimentos para outras mulheres.

Essas mulheres que aparecem timidamente na Filosofia precisam ser analisadas, suas teorias precisam ser abordadas para sabermos que, mesmo sofrendo opressão, houve aquelas que conseguiram se destacar, por exemplo, mulheres como Olympe de Gouges, que defendia o direito de as mulheres possuírem direitos.

A necessidade de que a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* viesse à luz foi crucial para impulsionar revoluções futuras. Ou que uma mulher como Simone de Beauvoir

observasse que, ao longo da história, as mulheres foram tratadas como o outro do homem, um ser menor, sem importância, sem liberdade e incapaz de transcender.

A inclusão da representatividade feminina na Filosofia no ensino médio não pode trazer nenhum prejuízo aos estudantes, pelo contrário, possibilita a ampliação do horizonte cultural dos alunos. A introdução de filósofas no currículo não apenas diversifica o campo filosófico, mas também amplia o horizonte cultural dos estudantes. Eles têm a oportunidade de explorar diferentes contextos históricos e culturais através das perspectivas das mulheres, enriquecendo assim sua compreensão da humanidade e da diversidade cultural.

A presença de figuras femininas, que se destacaram e mesmo aquelas que foram ocultas da história da Filosofia, pode empoderar as estudantes, mostrando-lhes que suas vozes e contribuições são valorizadas e importantes. Isso pode ajudar a aumentar a autoestima e a confiança das jovens, incentivando-as a se envolverem ativamente no processo educacional e na busca pelo conhecimento. Estimula o debate e a reflexão sobre questões de gênero e igualdade, levando os e as estudantes a considerarem criticamente as estruturas de poder e os desafios enfrentados pelas mulheres ao longo da história e na sociedade contemporânea.

Quando criamos a eletiva “Mulheres na História da Filosofia”, fizemos isso com a intenção de chamar a atenção de nossos alunos para o fato de que existiram e existem mulheres filósofas, mulheres pensantes, mas que por questões culturais, essas mulheres não receberam e nem recebem tanta importância no que se refere às epistemes filosóficas.

Nas aulas de eletiva sobre filósofas, é notória a falta de representatividade feminina nos assuntos abordados costumeiramente nos componentes curriculares da base nacional comum curricular. Também notamos o quanto os alunos e alunas ficam surpresos quando descobrem qual a visão que alguns clássicos da Filosofia têm em relação à figura feminina e o que de contribuição epistêmica as mulheres teriam deixado na História da Filosofia.

Ao aprender sobre as contribuições das filósofas para o pensamento humano, os estudantes estão sendo preparados para se tornarem cidadãos mais conscientes e informados. Eles são incentivados a reconhecer a importância da diversidade e da igualdade de gênero na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

O contato com as ideias e as obras das filósofas pode possibilitar aos e às estudantes se inspirarem e buscarem realizar pesquisas para explorar novas áreas de conhecimento. A inclusão de filósofas no ensino de Filosofia é de fundamental importância para o avanço do pensamento filosófico, possibilitando novas descobertas e perspectivas.

Em resumo, a inclusão do pensamento filosófico feminino na Filosofia do ensino médio não apenas promove a equidade de gênero e a diversidade intelectual, mas também

enriquece a experiência educacional dos e das estudantes, capacitando-os (as) a se tornarem cidadãos críticos, informados e culturalmente conscientes.

Enquanto teoria, esta pesquisa ainda está em andamento. Podemos e devemos inserir outras filósofas, pesquisadoras e teóricas. Explorar outras possibilidades e outras Filosofias. Mulheres negras, latinas, brasileiras, trans, entre tantas outras, precisam ser abordadas no que futuramente poderá ser a continuidade deste trabalho. Assim como devem ser incluídas também na reflexão da eletiva criada para trabalharmos sobre filósofas.

Sabemos que não conseguimos contemplar uma gama maior de filósofas na presente escrita, mas nada nos impede de darmos continuidade ao trabalho buscando conhecer e tornar conhecido para os alunos do ensino médio, quantas outras filósofas existem e quantas vêm surgindo ao longo dos anos.

Nossa pesquisa não precisa ficar restrita ao campo de teóricas europeias, brancas e de estratos sociais favorecidos. Podemos ir além do que a Filosofia canônica tem feito em todos esses séculos de ascensão filosófica.

Mulheres precisam ser pesquisadas e abordadas no ensino de Filosofia. Podemos concluir que as mulheres possuem diferentes experiências vividas, na medida em que cada uma é permeada por condições próprias, existindo privilégios e desvantagens, variando de época para época, que precisam ser superadas.

Mulheres e homens são seres igualmente racionais. A educação e os modelos de comportamento deveriam ter como pressuposto essa igualdade. No entanto, para as mulheres a igualdade intelectual, econômica e política, foram e ainda são negadas.

Geralmente, quando as mulheres são consideradas na Filosofia, são pensadas pelos homens. Culturalmente, os homens decidem o que é certo para elas. As mulheres não se impuseram na história da Filosofia sem resistência. Mesmo aquelas que conseguiram se destacar, fizeram isso à custa de muita luta, muitas vezes à custa da perda da própria vida. Se muitas vezes, na maioria das vezes, foram vistas como inferiores, incapazes de produzir raciocínios lógicos, incapazes de ensinar qualquer coisa a outras pessoas, foi porque culturalmente os homens aprenderam e ensinaram que havia uma superioridade intelectual que os favorecia e continua favorecendo. Quando se trata do campo da epistemologia e da razão, os homens se transformaram nos sujeitos do conhecimento.

Com o objetivo de construir novos conhecimentos pautados em questões femininas, devemos colocar a mulher no centro das reflexões e discutir várias problemáticas que assolam o gênero feminino. É necessário reconhecer as mulheres como seres humanos, vê-las como sujeito do conhecimento, isto é, como sujeitos pensantes, que experimentam, percebem,

produzem saber, filosofam, constroem a história e transformam o mundo.

A mulher precisa aprender a ser livre da supremacia masculina e entender que a Filosofia é um modo de saber enriquecedor, que pode nos permitir trazer uma nova perspectiva sobre a condição e as experiências das mulheres. Assim, ao dar visibilidade a grandes teóricas como Aspásia de Mileto, Christine de Pizan, Olympe de Gouges e Simone de Beauvoir, pudemos averiguar o legado de algumas mulheres que se destacaram no campo epistemológico, deixando novos caminhos e possibilidades para mulheres que fizeram e ainda farão Filosofia.

Pudemos averiguar e responsabilizar filósofos que foram consagrados na Filosofia como grandes revolucionários, mas que jamais se ocuparam ou se preocuparam favoravelmente com a temática mulher. Tornar as filósofas aqui abordadas conhecidas de alunos e alunas do ensino médio é uma possibilidade de incentivar uma Filosofia futura não sexista ou classista. Fomentar a ideia da importância da representatividade feminina para que outras mulheres também possam produzir Filosofia e se interessar pela busca intelectual.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. Simone de Beauvoir: uma luz no nosso caminho. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 145-156, mai. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634811>. Acesso em: 01 jan. 2023.
- ALVES, Dalton José. **A Filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.
- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Ed. Assírio Basselar, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de Uma Moça Bem Comportada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2018. p. 469.
- CALADO, Luciana Eleonora de Freitas. **A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan**. 368f. 2006. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- CAMARA, Bruna. **Menêxeno de Platão: Tradução, Notas e Estudo Introdutório**. 95 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-17102014-182852/pt-br.php>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CAMPOS, Jorge Leonardo Garcia. Olympe de Gouges y la Declaración de los Derechos de la Mujer y la Ciudadana. **Revista Perseo**, Cidade do México, n. 3, p. 1-3, 2013.
- CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. **O homem é um animal racional. E a mulher?: reflexões sobre Filosofia, gênero e feminio**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- CNE. Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. p.10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 15

out. 2023.

COSTA, V. P.; COSTA, D. F. Trajetória da presença nas reformas educacionais desde os portugueses aos tempos hodiernos. **PRISMA**, Manaus, v. 2, p. 1-23, 2020.

DE SOUSA, Aída C. R.; SALGADO, Luiza Mazzola. Olympe de Gouges (1748-1793). In: **Antologia de Escritoras do século XVIII. Mnemosine - UFSC**. 2015.

DUESO, José Solana. Aspasia de Mileto: la metáfora y el personaje. In: LARRAÑAGA, María Asunción García; DOMINGO, José Ortiz. **El eco de las voces sinfónicas: Escritura y feminismo**. Zaragoza: PUZ, 2008. p. 287-297. Disponível em: [https://www.academia.edu/11842982/Aspasia\\_de\\_Mileto\\_la\\_met%C3%A1fora\\_y\\_el\\_personaje](https://www.academia.edu/11842982/Aspasia_de_Mileto_la_met%C3%A1fora_y_el_personaje). Acesso em: 30 mar. 2023.

DUESO, José Solana. **Aspasia de Mileto: Testimonios y Discursos**. Primera Parte. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994.

FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. Mulheres em Política sob uma Perspectiva Histórica e de Gênero: da França à Guiné (1789-1958). **Revista Diálogos Possíveis**. Salvador, v. 12, n. 2. 2013.

FERRÁNDIZ, Teresa Maria Mayor. Aspasia de Mileto. **Revista de Claseshistoria**, n. 184, fev. 2011. Disponível em: <http://www.claseshistoria.com/revista/2011/articulos/mayoraspasia.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PINTO, Maria José Vaz. O que os filósofos pensam sobre as mulheres: Platão e Aristóteles. In: FERREIRA, Maria Luíza Ribeiro (org). **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 1-16.

FERREIRA, Maria Luíza Ribeiro. AMARAL, Margarida. As Mulheres e a Filosofia - diálogo entre Maria Luíza Ribeiro Ferreira e Margarida Amaral. **Revista Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher**, Lisboa, Húmus, nº 36. p. 123 – 131, 2016. Disponível em: [https://facesdeeva.fcsh.unl.pt/?page\\_id=567](https://facesdeeva.fcsh.unl.pt/?page_id=567). Acesso em: 25 dez. 2022.

GOUGES, Olympe de, **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã outros textos**. Brasília: Edições Câmara, 2021.

GUADALUPE, Magda dos Santos. O Pensamento filosófico-feminista de Simone de Beauvoir. **CULT**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 14-19, jan. 2022.

HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 1, n. 89, p. 11-28, jan. 2010.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. São Paulo: Iluminuras: 1991.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras: 2015.

Kant, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime** Campinas: Papirus, 2002.



LEITE, Lucimara. **Christine de Pizan**: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação. 223f. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENEZES, Magali Mendes de. **As mulheres e a Filosofia**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PACHECO, Juliana. **Filósofas**: a presença das mulheres na Filosofia. PortoAlegre, RS: Editora Fi, 2016.

PAIVA, J. M.; PIOL, A. S. O ensino de Filosofia origens históricas à experiência de pensamento. **Sophia**: Colección de Filosofía denla Educación, Cuenca, v. 1, n. 19, p. 227-249, jan. 2015.

PEREIRA, Taís Silva. Invisibilia: relato de experiência sobre um material alternativo para o ensino de filosofia. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 152-170, jan. 2020.

PLATÃO. **O Banquete**. Belém: Ed. UFPA, 2011.

PLATÃO. **Timeu**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. [s.l.]: Ed. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

RIBEIRO, Djamila. Figurações do Outro. **CULT**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 18-23, jan. 2022.

RODRIGUES, Carla. Tornar-se mulher, devir feminista. **CULT**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 38-41, jan. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SANTOS, Soraya. **Uma declaração das mulheres do século XVIII para as mulheres do século XXI**. Brasília: Edições Câmara, 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. **As dores do mundo**. São Paulo: [s.n.], 2019.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Metafísica do amor, metafísica da morte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SILVA, André Candido; MEDEIROS, Marcia Maria. Sexualidade e a História da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1-16, jan. 2013.

SILVA, Paula Oliveira e. Ex homine uno: uma leitura da condição feminina em Agostinho de Hipona. In: SILVA, Paula Oliveira e. **Dinâmicas do ser**: Ensaio de ontologia agostiniana. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 69-94.

SOLANA, Dueso, J. **Aspasia de Mileto**: testimonios y discursos. São Paulo: [s.n.], 2019.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das Mulheres e as Representações do feminino**. Campinas, SP: Editora Curt Nimendajú, 2008.

TOLENTINO, Joana. Filósofas: invisibilidade e silenciamento. **Revista Sísifo**, [s.l.], v. 1, n. 6, p. 1-10, jan. 2017. Disponível em: <http://www.revistasisifo.com/2017/11/filosofasinvisibilidade-e-silenciamento.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

VALLE, Bárbara. O feminino e a representação da figura da mulher na Filosofia de Kant. *In*: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de; EGGERT, Edla. **As mulheres e a Filosofia**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. p. 221-236.

VIANA, Márcia R.. A Literatura e a Filosofia de Simone de Beauvoir. **História, imagens e narrativas**, [s.l.], v. 1, n. 8, p. 1-6, abr. 2009.

WAITHE, Mary Ellen. **A History of Women Philosophers**. Vol 1 – Ancient Women Philosophers – 600 BC – 500 AD. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

XENOFONTE. **Econômico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

XENOFONTE. **Memoráveis**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.